



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXIII - Nº 008 - SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2005. EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS
3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	02	PROJETO DE LEI	07
PAUTA	02	REQUERIMENTOS	10
ATA	02	INDICAÇÕES	10
PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA	03	ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA	23
RESOLUÇÃO LEGISLATIVA	04	ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA	25
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	06	OFÍCIOS	26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	07		

MESA DIRETORA

Deputado João Evangelista (PTB)

Presidente

- | | |
|--|--|
| 1.ª Vice-Presidente: Deputado Rubens Pereira (PTB) | 1.º Secretário: Deputado Wilson Carvalho (PTB) |
| 2.º Vice-Presidente: Deputada Graça Paz (PDT) | 2.º Secretário: Deputado Pavão Filho (PTB) |
| 3.º Vice-Presidente: Deputado Rigo Teles (PTB) | 3.º Secretário: Deputado Alberto Franco (PSDB) |
| 4.º Vice-Presidente: Deputada Janice Braide (PTB) | 4.º Secretário: Deputado Stênio Resende (PTB) |

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - PTB - PSDB - PL - PMDB - PP

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. Deputado Aderson Lago (PSDB) | 13. Deputado João Evangelista (PTB) |
| 2. Deputado Alberto Franco (PSDB) | 14. Deputado José Lima (PL) |
| 3. Deputado Alberto Marques (PMDB) | 15. Deputado Manoel Ceará (PL) |
| 4. Deputado Antonio Carlos Bacelar (PTB) | 16. Deputado Manoel Ribeiro (PTB) |
| 5. Deputado Camilo Figueiredo (PTB) | 17. Deputada Maura Jorge (PTB) |
| 6. Deputado Carlos Braide (PMDB) | 18. Deputado Paulo Neto (PTB) |
| 7. Deputada Cristina Archer (PSDB) | 19. Deputado Pavão Filho (PTB) |
| 8. Deputado Deusdeth Sampaio (PTB) | 20. Deputado Pedro Veloso (PTB) |
| 9. Deputado Elígio Almeida (PTB) | 21. Deputado Reginaldo Nunes (PL) |
| 10. Deputado Geovane Castro (PTB) | 22. Deputado Rigo Teles (PTB) |
| 11. Deputado Hélio Soares (PP) | 23. Deputado Rubens Pereira (PTB) |
| 12. Deputada Janice Braide (PTB) | 24. Deputado Soliney Silva (PP) |
| <u>Líder</u> | 25. Deputado Stênio Resende (PTB) |
| Deputado Antonio Carlos Barcelar | 26. Deputada Telma Pinheiro (PTB) |
| | 27. Deputado Wilson Carvalho (PTB) |

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - PT - PDT

- | | |
|--------------------------------------|---------------------------------|
| 1. Deputado Domingos Dutra (PT) | 5. Deputado Luiz Pedro (PDT) |
| 2. Deputada Graça Paz (PDT) | 6. Deputado Mauro Bezerra (PDT) |
| 3. Deputada Helena Barros Heluy (PT) | 7. Deputado Rubem Brito (PDT) |
| 4. Deputado Julião Amin (PDT) | |

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL

- | | |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| 1. Deputado Carlos Alberto Milhomem | 4. Deputado Francisco Gomes |
| 3. Deputado César Pires | 5. Deputado Max Barros |

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB

1. Deputado Joaquim Nagib Haickel
2. Deputada Teresa Murad

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS

1. Deputado Antonio Pereira

PARTIDO VERDE - PV

1. Deputado Carlos Filho

Licenciado - Secretário de Cidades
Deputado Arnaldo Melo

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 21/02/2005 - 2.ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO LUIZ PEDRO

TEMPO DOS PARTIDOS E BLOCOS PARLAMENTARES

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 40 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

PARTIDOS DE RESERVAS

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB - 05 MINUTOS

PARTIDO VERDE - PV - 05 MINUTOS

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS - 05 MINUTOS

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

DATA: 21 /02/2005 – 2ª FEIRA:

1. MEDIDAS PROVISÓRIAS – ÚLTIMO DIA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS (art. 4º DA RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 450/04)

1. Medida Provisória nº 010/05, encaminhada pela Mensagem Governamental nº 002/05, que dispõe sobre a criação da Corregedoria geral do Estado e altera dispositivos das Leis nºs 6.895, de 26 de dezembro de 1996 e 7.356, de 29 de dezembro de 1998, modificada pela Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004 e dá outras providências.

2. ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 007/05, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, que dispõe sobre a dispensa, durante os festejos Juninos do pagamento de Licença ao Governo do Estado do Maranhão pelas Entidades que especifica e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 008/05, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, que dispõe sobre Incentivo Fiscal ao Esporte Amador no Estado do Maranhão e dá outras providências.

3. PROJETO DE LEI Nº 009/05, de autoria do Senhor Deputado Hélio Soares, que dispõe sobre o direito à meia-passagem nos transportes coletivos de passageiros aos estudantes da rede pública e privada no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

4. PROJETO DE LEI Nº 010/05, de autoria da Senhora Deputada Helena Barros Heluy, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Desenvolvimento Social do Vassoural, com sede e foro em Paço do Lumiar-MA.

5. PROJETO DE LEI Nº 011/05, de autoria do Senhor Deputado Aderson Lago, que considera de Utilidade Pública, a Associação Beneficente, Educativa, Produtiva, Cultural dos Moradores do Bairro Coquilho e Povoados Adjacentes, com sede e foro em São Luis-MA.

6. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/05, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, concedendo a Medalha do Mérito Legislativo “Manoel Bequimão”, ao Exmo. Dr. Carlos Tadeu D’Aguiar Silva Palácio, Prefeito de São Luis.

3. ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 001/05, de autoria do Senhor Deputado Aderson Lago, que autoriza o Poder Executivo a proceder à desapropriação, sem ônus, com reversão ao patrimônio do Estado do Maranhão, do Convento das Mercês e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 002/05, de autoria do Senhor Deputado Alberto Franco, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino e a prática da natação aos estudantes do ensino fundamental e médio nas Escolas da Rede Pública e Privada de Ensino, no âmbito do Estado do Maranhão.

3. PROJETO DE LEI Nº 003/05, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que torna obrigatória a leitura de, no mínimo, um livro no Ensino Fundamental e de dois livros no Ensino Médio, por ano letivo, a serem escolhidos pela escola, e dá outras providências.

4. PROJETO DE LEI Nº 004/05, de autoria da Senhora Deputada Telma Pinheiro, ficam instituídos a Carteira de Identificação de Ministro Religioso e Selo de Livre Acesso, no âmbito do Estado do Maranhão.

5. PROJETO DE LEI Nº 005/05, de autoria do Senhor Deputado Aderson Lago, que dispõe a denominação do prédio do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

6. PROJETO DE LEI Nº 006/05, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinheiro, com sede e foro no Município de Pinheiro, no Estado do Maranhão.

7. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/05, de autoria do Senhor Deputado Aderson Lago, que dispõe a substituição da frase existente no Plenário “Gervásio Santos”, pela estrofe da Canção do Tamoio.

SECRETARIA DA MESA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 17 de fevereiro de 2005.

VISTO:

Ata da Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dezessete de fevereiro do ano de dois e mil e cinco.

Presidente Senhor Deputado João Evangelista.

Primeiro secretário Senhor deputado Wilson Carvalho

Segundo Secretário Senhor Reginaldo Nunes.

Às nove horas e trinta minutos presentes os senhores deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Alberto Marques, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, Cristina Archer, Domingos Dutra, Francisco Gomes, Geovane Castro, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Pedro Veloso, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Soliney Silva, Telma Pinheiro e Wilson Carvalho. Ausentes César Pires, Deusdedith Sampaio, Elfígio Almeida, Mauro Bezerra, Stênio Rezende e Teresa Murad.

I – ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o Senhor Segundo Secretário para fazer a leitura do texto bíblico e do resumo da Ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO REGINALDO NUNES (lê texto bíblico e ata) - Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Ata lida e considerada aprovada. Com a palavra o Senhor Primeiro Secretário para fazer a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO WILSON CARVALHO (lê expediente)

II – EXPEDIENTE

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N.º 002 /05.

Dispõe sobre a reforma administrativa da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Art. 1º. A Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, com competências definidas na Constituição do Estado e em seu Regimento Interno, fica estruturada na forma da presente Resolução Legislativa.

Art. 2º. Compõem a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa:

- I - o Plenário;
- II - a Mesa Diretora;
- III - a Presidência.

Art. 3º. Integram o Plenário:

- I - Gabinetes dos Deputados;
- II - Comissões Técnicas;
- a) - Consultoria Legislativa.

Parágrafo Único: A Consultoria Legislativa caberá assessorar os trabalhos das Comissões, bem como, elaborar nota técnica sobre proposição a requerimento de Comissão, de Presidente de Comissão ou de Relator

Art. 4º. Integram a Presidência, como unidades de apoio e assessoramento:

- I - o Gabinete da Presidência;
- II - a Secretaria Particular da Presidência;
- III - o Gabinete Militar;
- IV - a Auditoria Geral;
- V - a Procuradoria Geral;
- VI - a Assessoria Especial;
- VII - a Comissão Permanente de Licitação;
- VIII - a Corregedoria;
- IX - a Ouvidoria Parlamentar;
- X - o Cerimonial;
- XI - o Gedema - Grupo do Esposas de Deputados do Estado do Maranhão.

Art. 5º. Às unidades que integram a Presidência, como unidades de apoio e assessoramento, competem:

I - Ao Gabinete da Presidência: planejar, coordenar, dirigir, assessorar, executar e prestar apoio aos atos de competência do Presidente, definidos no regimento interno e na Constituição Estadual;

II - À Secretaria Particular da Presidência: prestar serviços de apoio e assessoramento direto ao Presidente em assuntos de natureza particular, bem como aos relacionados a sua agenda de compromissos;

III - Ao Gabinete Militar: planejar, coordenar e executar ações relativas à segurança e vigilância das instalações da Assembléia Legislativa, da Presidência, das atividades legislativas e das demais atividades, zelando pela segurança pessoal do Presidente, tranqüilidade e integridade física de todos os servidores e dos Parlamentares;

IV - À Auditoria Geral: planejar as atividades de auditoria e controle interno, promover o aprimoramento dos controles internos, assim como a prevenção e a apuração de irregularidades e análise de

prestação de contas da Assembléia Legislativa;

V - À Procuradoria Geral: exercer a representação judicial, consultoria e o assessoramento técnico-jurídico ao Poder Legislativo;

VI - À Assessoria Especial: prestar assessoramento em assuntos específicos, atendendo a consultas e determinações da Presidência;

VII - À Comissão Permanente de Licitação: coordenar e executar procedimentos licitatórios, segundo a legislação vigente, visando contratação de obras, serviços, locações e/ou compras.

VIII - À Corregedoria: fiscalizar o cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a Administração Pública, especialmente os atinentes a legalidade, impessoalidade e moralidade; apurar e investigar fatos passíveis de irregularidades; realizar fiscalizações e inspeções; instaurar e requisitar procedimentos em curso; constituir comissões e, quando necessário, propor e sugerir medidas necessárias destinadas a apurar eventual responsabilidade funcional.

IX - A Ouvidoria Parlamentar: oferecer programas de atendimento, através de diversos canais de comunicação, tornando real a possibilidade do cidadão reclamar, solicitar, denunciar, sugerir ou elogiar qualquer evento ligado à prestação dos serviços legislativos e administrativos. Promover a defesa dos direitos e interesses da população contra quaisquer atos e omissões cometidos, assim como o aprimoramento na prestação do serviço público, de forma que propicie aos cidadãos segurança, eficiência e satisfação da atividade pública.

X - Ao Cerimonial: planejar, organizar e assessorar as atividades que requeiram o cumprimento de formalidades, bem como em atos solenes e públicos.

XI - Ao Gedema: planejar, promover, coordenar e executar ações sócio-cultural-recreativas, envolvendo servidores e seus familiares. Promover parcerias com instituições públicas e privadas, visando ao desenvolvimento de atividades junto a comunidades carentes e instituições de caráter filantrópico. Estabelecer integração com as unidades de serviço médico, odontológico e social da Assembléia.

Art. 6º. Integram a estrutura da Procuradoria Geral: a Procuradoria Geral, a Procuradoria Geral Adjunta e 4 (quatro) Subprocuradorias.

Art. 7º. Integram a Presidência, como unidades de linha e execução:

- I - a Diretoria de Comunicação Social;
- II - a Diretoria Geral;
- III - a Secretaria Geral da Mesa.

Art. 8º. Às unidades que integram a Presidência, como unidades de linha e execução, compete:

I - À Diretoria de Comunicação Social: o planejamento e execução de atividades que promovam a divulgação dos trabalhos legislativos e o relacionamento institucional do Poder Legislativo com os demais órgãos, entidades públicas e privadas e a sociedade. Elaborar a diagramação, paginação, publicação e distribuição do Diário da Assembléia e de outros serviços gráficos. Acompanhar, gravar e redigir relatório com notícias veiculadas em jornais e em emissoras de rádio e televisão. Elaborar releases sobre atividades da Assembléia, visando distribuição na mídia. Operar rádio, televisão e outros meios de comunicação que pertençam ou venham pertencer à Assembléia. Veicular matérias e atualizar as notícias e demais informações institucionais no site da Assembléia.

II - À Diretoria Geral: o planejamento, organização, direção e controle das atividades relativas a assistência médica e serviço social, gestão de recursos humanos, administração de material patrimônio, tecnologia de informação, orçamento, planejamento, contabilidade, finanças e assistência médica, odontológica e serviço social em todo o âmbito da Assembléia;

III - À Secretaria Geral da Mesa: planejamento, desenvolvimento e controle das atividades legislativas envolvendo apoio e assessoramento às comissões; atividades da mesa tais como: apoio parlamentar, controle de atos legislativos, atas e registros e suporte ao plenário; e às atividades de documentação e registro envolvendo:

taquigrafia e áudio, revisão, arquivo, anais, controle da legislação, biblioteca.

Art. 9º. As estruturas das unidades de linha e execução, que integram a Presidência, são:

I - Diretoria de Comunicação Social:

- a) Subdiretoria de Rádiodifusão;
 - i. Seção de Televisão Parlamentar;
 - ii. Seção de Rádiodifusão.
- b) Subdiretoria de Publicação e Divulgação;
 - i. Seção de Diário Legislativo;
 - ii. Seção de Divulgação;
 - 1) Setor de Divulgação em Rádio;
 - 2) Setor de Divulgação em Televisão;
 - 3) Setor de Divulgação em Transmissão Impressa.

II - Diretoria Geral

- a) Diretoria de Assistência Médica e Serviço Social:
 - i. Seção de Serviços Médicos;
 - 1) Setor de Atendimento Interno;
 - 2) Setor de Atendimento Comunitário.
 - ii. Seção de Serviços Odontológicos;
 - iii. Seção de Serviços de Assistência Social:
 - 1) Setor de Creche;
 - 2) Setor de Serviço Social.
 - b) Diretoria de Recursos Humanos:
 - i. Subdiretoria de Desenvolvimento Humano:
 - 1) Seção de Treinamento e Desenvolvimento;
 - 2) Seção de Recrutamento e Seleção;
 - 3) Seção de Apoio ao Programa Interlegis.
 - ii. Subdiretoria de Administração de Recursos Humanos:
 - 1) Seção de Folha de Pagamento;
 - 2) Seção de Direitos e Deveres;
 - 3) Seção de Cadastro e Controle de Pessoal.
 - c) Diretoria de Administração de Material e Patrimônio:
 - i. Subdiretoria de Manutenção de Serviços:
 - 1) Seção de Reprografia.
 - 2) Seção de Manutenção, Conservação e Limpeza:
 - (a) Setor de Transportes;
 - (b) Setor de Serviços Gerais.
 - 3) Seção de Protocolo e Portaria:
 - (a) Setor de Protocolo;
 - (b) Setor de Portaria.
 - ii. Subdiretoria de Patrimônio e Compras:
 - 1) Seção de Patrimônio;
 - 2) Seção de Compras e Almoxarifado:
 - (a) Setor de Compras;
 - (b) Setor de Almoxarifado.
- d) Diretoria de Tecnologia da Informação:
 - i. Subdiretoria de Sistemas:
 - 1) Seção de Desenvolvimento;
 - 2) Seção de Suporte.
 - ii. Subdiretoria de Manutenção:
 - 1) Seção de Usuário;
 - 2) Seção de Manutenção.
- e) Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças:
 - i. Subdiretoria de Finanças:
 - 1) Seção de Contabilidade;
 - 2) Seção de Administração Financeira.
 - ii. Subdiretoria de Orçamento e Planejamento:
 - 1) Seção de Controle Orçamentário;
 - 2) Seção de Planejamento.

III - Secretaria Geral da Mesa:

- a) Diretoria Legislativa:
 - i. Seção de Apoio às Comissões;
 - ii. Secretaria das Comissões Técnicas.
- b) Diretoria da Mesa:
 - i. Seção de Apoio Parlamentar;
 - ii. Seção de Controle de Atos Legislativos;
 - iii. Seção de Atas e Registros;
 - iv. Seção de Suporte de Plenário.
- c) Diretoria de Documentação e Registro:
 - i. Seção de Taquigrafia:
 - 1) Setor de Áudio.
 - ii. Seção de Revisão.
 - iii. Seção de Arquivo.
 - iv. Seção de Anais.
 - v. Seção de Controle da Legislação.
 - vi. Seção de Biblioteca.
- d) Coordenação Parlamentar

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão à conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 11. Ficam mantidos os atuais cargos em comissão e funções gratificadas, devendo ser adequados às alterações introduzidas pela presente Resolução.

Art. 12. Ficam criados com simbologias e quantidades definidas os seguintes cargos comissionados:

CARGO	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
DIRETOR	ISOLADO	09
DIRETOR GERAL ADJUNTO	ISOLADO	01
DIRETOR ADJUNTO	ISOLADO 1	09
SECRETARIO GERAL		
ADJUNTO DA MESA	ISOLADO	01
AUDITOR GERAL ADJUNTO	ISOLADO 1	01
AUDITOR	DGA	02
PROCURADOR GERAL		
ADJUNTO	ISOLADO	01
SUBPROCURADOR	ISOLADO 1	01
CONSULTOR LEGISLATIVO	ISOLADO	01
CONSULTOR LEGISLATIVO		
ADJUNTO	ISOLADO 1	01
CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL	ISOLADO	01
ASSESSOR ESPECIAL	ISOLADO 1	02
SUBSECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DA PRESIDENCIA	DGA	02

Art. 13. Fica revogada a Resolução Legislativa n.º 444 de 11 de março de 2004, e as demais disposições em contrário.

Art. 14. Esta Resolução Legislativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Maranhão, em 17 de fevereiro de 2005. Deputado João Evangelista - Presidente. Deputado Wilson Carvalho - Primeiro Secretário. Deputado Pavão Filho - Segundo Secretário

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Projeto de Resolução n.º 002/2005, aprovado nos seus turnos regimentais, RESOLVE promulgar a seguinte:

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 458/2005

Dispõe sobre a reforma administrativa da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Art. 1º. A Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, com competências definidas na Constituição do Estado e em seu Regimento Interno, fica estruturada na forma da presente Resolução Legislativa.

Art. 2º. Compõem a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa:

- I – o Plenário;
- II – a Mesa Diretora;
- III – a Presidência.

Art. 3º. Integram o Plenário:

- I – Gabinetes dos Deputados;
- II – Comissões Técnicas;

a) – Consultoria Legislativa.

Parágrafo Único: À Consultoria Legislativa caberá assessorar os trabalhos das Comissões, bem como, elaborar nota técnica sobre proposição a requerimento de Comissão, de Presidente de Comissão ou de Relator.

Art. 4º. Integram a Presidência, como unidades de apoio e assessoramento:

- I – o Gabinete da Presidência;
- II – a Secretaria Particular da Presidência;
- III – o Gabinete Militar;
- IV – a Auditoria Geral;
- V – a Procuradoria Geral;
- VI – a Assessoria Especial;
- VII – a Comissão Permanente de Licitação;
- VIII – a Corregedoria;
- IX – a Ouvidoria Parlamentar;
- X – o Cerimonial;
- XI – o Gedema – Grupo de Esposas de Deputados do Estado do Maranhão.

Art. 5º. Às unidades que integram a Presidência, como unidades de apoio e assessoramento, competem:

I – Ao Gabinete da Presidência: planejar, coordenar, dirigir, assessorar, executar e prestar apoio aos atos de competência do Presidente, definidos no regimento interno e na Constituição Estadual;

II – À Secretaria Particular da Presidência: prestar serviços de apoio e assessoramento direto ao Presidente em assuntos de natureza particular, bem como aos relacionados a sua agenda de compromissos;

III – Ao Gabinete Militar: planejar, coordenar e executar ações relativas à segurança e vigilância das instalações da Assembléia Legislativa, da Presidência, das atividades legislativas e das demais atividades, zelando pela segurança pessoal do Presidente, tranquilidade e integridade física de todos os servidores e dos Parlamentares;

IV – À Auditoria Geral: planejar as atividades de auditoria e controle interno, promover o aprimoramento dos controles internos, assim como a prevenção e a apuração de irregularidades e análise de prestação de contas da Assembléia Legislativa;

V – À Procuradoria Geral: exercer a representação judicial, consultoria e o assessoramento técnico-jurídico ao Poder Legislativo;

VI – À Assessoria Especial: prestar assessoramento em assuntos específicos, atendendo a consultas e determinações da Presidência;

VII – À Comissão Permanente de Licitação: coordenar e executar procedimentos licitatórios, segundo a legislação vigente, visando contratação de obras, serviços, locações e/ou compras.

VIII – À Corregedoria: fiscalizar o cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a Administração Pública, especialmente os atinentes a legalidade, impessoalidade e moralidade; apurar e investigar fatos passíveis de irregularidades; realizar fiscalizações e inspeções; instaurar e requisitar procedimentos em curso; constituir comissões e,

quando necessário, propor e sugerir medidas necessárias destinadas a apurar eventual responsabilidade funcional.

IX – A Ouvidoria Parlamentar: oferecer programas de atendimento, através de diversos canais de comunicação, tornando real a possibilidade do cidadão reclamar, solicitar, denunciar, sugerir ou elogiar qualquer evento ligado à prestação dos serviços legislativos e administrativos. Promover a defesa dos direitos e interesses da população contra quaisquer atos e omissões cometidos, assim como o aprimoramento na prestação do serviço público, de forma que propicie aos cidadãos segurança, eficiência e satisfação da atividade pública.

X – Ao Cerimonial: planejar, organizar e assessorar as atividades que requeiram o cumprimento de formalidades, bem como em atos solenes e públicos.

XI – Ao Gedema: planejar, promover, coordenar e executar ações sócio-cultural-recreativas, envolvendo servidores e seus familiares. Promover parcerias com instituições públicas e privadas, visando ao desenvolvimento de atividades junto a comunidades carentes e instituições de caráter filantrópico. Estabelecer integração com as unidades de serviço médico, odontológico e social da Assembléia.

Art. 6º. Integram a estrutura da Procuradoria Geral: a Procuradoria Geral, a Procuradoria Geral Adjunta e 4 (quatro) Subprocuradorias.

Art. 7º. Integram a Presidência, como unidades de linha e execução:

- I – a Diretoria de Comunicação Social;
- II – a Diretoria Geral;
- III – a Secretaria Geral da Mesa.

Art. 8º. Às unidades que integram a Presidência, como unidades de linha e execução, compete:

I – À Diretoria de Comunicação Social: o planejamento e execução de atividades que promovam a divulgação dos trabalhos legislativos e o relacionamento institucional do Poder Legislativo com os demais órgãos, entidades públicas e privadas e a sociedade. Elaborar a diagramação, paginação, publicação e distribuição do Diário da Assembléia e de outros serviços gráficos. Acompanhar, gravar e redigir relatório com notícias veiculadas em jornais e em emissoras de rádio e televisão. Elaborar releases sobre atividades da Assembléia, visando distribuição na mídia. Operar rádio, televisão e outros meios de comunicação que pertençam ou venham pertencer à Assembléia. Veicular matérias e atualizar as notícias e demais informações institucionais no site da Assembléia.

II – À Diretoria Geral: o planejamento, organização, direção e controle das atividades relativas a assistência médica e serviço social, gestão de recursos humanos, administração de material e patrimônio, tecnologia de informação, orçamento, planejamento, contabilidade, finanças e assistência médica, odontológica e serviço social em todo o âmbito da Assembléia;

III – À Secretaria Geral da Mesa: planejamento, desenvolvimento e controle das atividades legislativas envolvendo apoio e assessoramento às comissões; atividades da mesa tais como: apoio parlamentar, controle de atos legislativos, atas e registros e suporte ao plenário; e às atividades de documentação e registro envolvendo: taquigrafia e áudio, revisão, arquivo, anais, controle da legislação, biblioteca.

Art. 9º. As estruturas das unidades de linha e execução, que integram a Presidência, são:

- I - Diretoria de Comunicação Social:
 - a) Subdiretoria de Radiodifusão;
 - I. Seção de Televisão Parlamentar;
 - II. Seção de Radiodifusão.
 - b) Subdiretoria de Publicação e Divulgação;
 - I. Seção de Diário Legislativo;
 - II. Seção de Divulgação;
 - 1) Setor de Divulgação em Rádio;
 - 2) Setor de Divulgação em Televisão;

- 3) Setor de Divulgação em Transmissão Imprensa.
- II - Diretoria Geral
- a) Diretoria de Assistência Médica e Serviço Social:
- I. Seção de Serviços Médicos;
- 1) Setor de Atendimento Interno;
- 2) Setor de Atendimento Comunitário.
- II. Seção de Serviços Odontológicos;
- III. Seção de Serviços de Assistência Social:
- 1) Setor de Creche;
- 2) Setor de Serviço Social.
- b) Diretoria de Recursos Humanos:
- I. Subdiretoria de Desenvolvimento Humano:
- 1) Seção de Treinamento e Desenvolvimento;
- 2) Seção de Recrutamento e Seleção;
- 3) Seção de Apoio ao Programa Interlegis.
- II. Subdiretoria de Administração de Recursos Humanos:
- 1) Seção de Folha de Pagamento;
- 2) Seção de Direitos e Deveres;
- 3) Seção de Cadastro e Controle de Pessoal.
- c) Diretoria de Administração de Material e Patrimônio:
- I. Subdiretoria de Manutenção de Serviços:
- 1) Seção de Reprografia.
- 2) Seção de Manutenção, Conservação e Limpeza:
- (a) Setor de Transportes;
- (b) Setor de Serviços Gerais.
- 3) Seção de Protocolo e Portaria:
- (a) Setor de Protocolo;
- (b) Setor de Portaria.
- II. Subdiretoria de Patrimônio e Compras:
- 1) Seção de Patrimônio;
- 2) Seção de Compras e Almoxarifado:
- (a) Setor de Compras;
- (b) Setor de Almoxarifado.
- d) Diretoria de Tecnologia da Informação
- I. Subdiretoria de Sistemas:
- 1) Seção de Desenvolvimento;
- 2) Seção de Suporte.
- II. Subdiretoria de Manutenção:
- 1) Seção de Usuário;
- 2) Seção de Manutenção.
- e) Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças:
- I. Subdiretoria de Finanças;
- 1) Seção de Contabilidade;
- 2) Seção de Administração Financeira.
- II. Subdiretoria de Orçamento e Planejamento:
- 1) Seção de Controle Orçamentário;
- 2) Seção de Planejamento.
- III - Secretaria Geral da Mesa:
- a) Diretoria Legislativa:
- I. Seção de Apoio às Comissões;
- II. Secretaria das Comissões Técnicas.
- b) Diretoria da Mesa:
- I. Seção de Apoio Parlamentar;
- II. Seção de Controle de Atos Legislativos;
- III. Seção de Atas e Registros;
- IV. Seção de Suporte de Plenário.
- c) Diretoria de Documentação e Registro:
- I. Seção de Taquigrafia:
- 1) Setor de Áudio.
- II. Seção de Revisão.
- III. Seção de Arquivo.
- IV. Seção de Anais.

- V. Seção de Controle da Legislação.
- VI. Seção de Biblioteca.
- d) Coordenação Parlamentar

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão à conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 11. Ficam mantidos os atuais cargos em comissão e funções gratificadas, devendo ser adequados às alterações introduzidas pela presente Resolução.

Art. 12. Ficam criados com simbologias e quantidades definidas os seguintes cargos comissionados:

CARGO	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
DIRETOR	ISOLADO	09
DIRETOR GERAL ADJUNTO	ISOLADO	01
DIRETOR ADJUNTO	ISOLADO 1	09
SECRETARIO GERAL		
ADJUNTO DA MESA	ISOLADO	01
AUDITOR GERAL ADJUNTO	ISOLADO 1	01
AUDITOR	DGA	02
PROCURADOR GERAL		
ADJUNTO	ISOLADO	01
SUBPROCURADOR	ISOLADO 1	01
CONSULTOR LEGISLATIVO	ISOLADO	01
CONSULTOR LEGISLATIVO		
ADJUNTO	ISOLADO 1	01
CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL	ISOLADO	01
ASSESSOR ESPECIAL	ISOLADO 1	02
SUBSECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DA PRESIDENCIA	DGA	02

Art. 13. Fica revogada a Resolução Legislativa n.º 444 de 11 de março de 2004, e as demais disposições em contrário.

Art. 14. Esta Resolução Legislativa entrará em vigor na data de sua publicação.

MANDA, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO "GERVÁSIO SANTOS" DO PALÁCIO "MANOEL BEQUIMÃO", em 17 de fevereiro de 2005. Deputado João Evangelista – Presidente - Deputado Wilson Carvalho - Primeiro Secretário - Deputado Pavão Filho - Segundo Secretário.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 286 / 05

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 2º da Resolução Legislativa nº 450 / 04, que dispõe sobre a apreciação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 42 da Constituição do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Resolve:

CONSTITUIR uma Comissão Especial composta pelos Senhores Deputados Antonio Bacelar, Paulo Neto e Telma Pinheiro – BPP, Julião Amin – BPO e Carlos Alberto Milhomem – PFL (membros titulares), Eligio Almeida, Maura Jorge e Geovane Castro – BPP, Chico Gomes – PFL e Helena Heluy – PT (membros suplentes), para analisar e emitir Parecer à Medida Provisória 010 / 05, encaminhada pela Mensagem Governamental nº 002/05, que dispõe sobre a criação da

Corregedoria Geral do Estado e altera dispositivos das Leis nºs 6.895, de 26 de dezembro de 1996 e 7.356, de 29 de dezembro de 1998, modificada pela Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, e dá outras providências.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Plenário Deputado Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, 16 de fevereiro de 2005. Deputado João Evangelista – Presidente - Deputado Wilson Carvalho - Primeiro Secretário - Deputado Pavão Filho - Segundo Secretário.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/05

Concede a Medalha do Mérito Legislativo “Manoel Bequimão”.

Artº 1º - Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo “Manoel Bequimão” ao Exmo. Dr. Carlos Tadeu D’aguilar Palácio, Prefeito de São Luís.

Artº 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Artº 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Gervásio Santos do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 17 de fevereiro de 2005. PAVÃO FILHO – DEPUTADO ESTADUAL – PTB - 2º SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 007/ 05

Dispõe sobre a dispensa, durante os Festejos Juninos do pagamento de Licença ao Governo do Estado do Maranhão pelas Entidades que especifica e dá outras providências.

Artº 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a dispensar do pagamento de Licença, junto à Gerência de Estado de Segurança Pública, às Entidades consideradas de Utilidade Pública, responsáveis pela realização de atividades culturais nos Parques e Arraiais Folclóricos do Maranhão, durante os Festejos Juninos.

Artº 2º - O Poder Executivo Estadual expedirá Decreto regulamentando a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Artº 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artº 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 17 de fevereiro de 2005. PAVÃO FILHO – DEPUTADO ESTADUAL – PTB - 2º SECRETÁRIO.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº

O presente Projeto visa, dispensar do pagamento de Licença para funcionamento junto ao Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, as Entidades comprovadamente declaradas de Utilidade Pública, considerando as atividades por elas desenvolvidas nos mais diversos Arraiais e Parques Folclóricos de nossa cidade, mantendo viva a maior manifestação cultural maranhense, difundindo as nossas origens e a cultura do nosso povo.

Como é do conhecimento de todos, a grande maioria das Entidades que promovem as atividades culturais durante os Festejos Juninos em nosso Estado, não dispõem de condições financeiras para custearem as despesas com taxas e licenças, além do mais é importante que o Poder Público contribua através da isenção ora pleiteada como forma de incentivar muito mais a maior manifestação folclórica do nosso povo.

O Projeto que ora apresentamos, leva em consideração a importância que cada Entidade representa para incentivar o nosso folclore e a nossa cultura. Portanto, nobres pares, pedimos a atenção de Vossas Excelências, devido a relevância do Projeto e optem pela aprovação do mesmo.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 17 de fevereiro de 2005. PAVÃO FILHO – DEPUTADO ESTADUAL – PTB - 2º SECRETÁRIO.

PROJETO DE LEI Nº 008 / 05

Dispõe sobre Incentivo Fiscal ao Esporte Amador no Estado do Maranhão e dá outras providências.

Artº 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a instituir no âmbito do Estado do Maranhão, Incentivo Fiscal às empresas que patrocinarem o Esporte Amador.

§ 1º - O Incentivo Fiscal referido neste artigo, corresponderá ao recebimento, por parte do empreendedor de qualquer modalidade esportiva amadora, seja através de doações, patrocínios ou investimentos, de certificados expedidos pelo Poder Executivo Estadual, correspondentes ao valor do incentivo autorizado.

§ 2º - Os portadores dos certificados poderão utilizá-los para pagamento ICMS, até o limite de 10% (dez por cento) do valor devido a cada incidência do tributo.

§ 3º - O valor que deverá ser usado como incentivo ao esporte amador, anualmente, não poderá ser superior a 3% (três por cento) da receita proveniente do ICMS, efetivamente arrecadados no exercício anterior.

§ 4º - O Poder Executivo quando da emissão dos certificados às empresas interessadas no patrocínio ao Esporte Amador, observará o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artº 2º - Entende-se como incentivo ao esporte amador o patrocínio as mais diversas modalidades esportivas como: Futebol, Futsal, Volley-Ball, Handball, Basket-Ball, Natação, Tênis de Mesa, Atletismo, Futebol de Areia, Judô, Capoeira, Tênis de Quadra, Xadrez, etc.

Parágrafo único - Não será concedido Incentivo Fiscal, como medida para incentivar o esporte amador aos empreendedores que estiverem inadimplentes com o Fisco Estadual.

Artº 3º - Fica autorizada a criação de uma Comissão Normativa e Independente, formada por 03 (três) representantes das entidades do Esporte Amador e 03 (três) representantes do Governo do Estado, a ser nomeada por decreto, que ficará incumbida de fiscalizar a aplicação dos recursos destinados através de Incentivo Fiscal ao Esporte Amador do Estado.

§ 1º - Os componentes da Comissão Normativa deverão ser de comprovada idoneidade e de reconhecida notoriedade na área de esporte amador.

§ 2º - Os membros da Comissão Normativa, deverão ter mandato de 01 (um) ano, podendo ser conduzidos por mais um período.

Artº 4º - Os certificados referidos no art. 1º, §1º, da presente Lei, terão validade de 12 (doze) meses após a sua emissão.

Artº 5º - Além das sanções penais cabíveis, receberá multa igual ao valor do incentivo o empreendedor que não comprovar a correta aplicação da Lei, por dolo, desvio dos objetivos ou dos recursos obtidos, ficando ele excluído do processo.

Artº 6º - Qualquer cidadão ou representante de entidade de natureza civil poderá ter acesso, em todos os níveis, a todo o processo de Incentivo Fiscal às empresas que patrocinarem o esporte amador.

Artº 7º - Todo repasse e movimento dos recursos relativos ao incentivo do esporte amador, serão feitos através de conta bancária

vinculada ao Estado, aberta especialmente para esse fim, em Banco Oficial.

Art.º 8º - O Poder Executivo regulamentará através de Decreto a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art.º 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº

O Estado do Maranhão, nos últimos anos, tem se destacado nas mais diversas modalidades do Esporte Amador, revelando novos talentos, que na sua grande maioria, devido a falta de patrocinadores, não chegam a ocupar lugar de destaque no cenário esportivo nacional e até mesmo internacional.

O presente Projeto, cria através de Incentivo Fiscal, concedido pelo Poder Público à iniciativa privada, mecanismos que venham contribuir de forma bastante substancial para o fomento do nosso desprezado esporte amador.

Portanto, pedimos aos nobres pares que atentem pela relevância do Projeto e optem pela sua aprovação.

Plenário Gervásio Santos do Palácio “Manoel Bequimão”. ão Luís, 17 de fevereiro de 2005. PAVÃO FILHO – DEPUTADO ESTADUAL – PTB – 2º SECRETARIO.

PROJETO DE LEI Nº. 009/05

Dispõe sobre o direito à meia-passagem nos transportes coletivos de passageiros aos estudantes da rede pública e privada no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Art. 1º - Fica assegurado o direito à meia-passagem aos estudantes da rede pública e privada, de qualquer nível de ensino, nos transportes coletivos de passageiros, no âmbito do território do Estado do Maranhão.

Parágrafo Único: Terá direito à meia passagem os estudantes devidamente matriculados nas modalidades de ensino fundamental, médio, pré-vestibular, ensino superior, faculdades teológicas e seminários maiores, que residem no Estado do Maranhão.

Art. 2º - A presente Lei aplica-se no âmbito intermunicipal e nas regiões metropolitanas do Estado, a todos os modais terrestres e aquaviários em transportes coletivos de passageiros.

Art. 3º - O direito à meia-passagem será realizada mediante a apresentação da carteira estudantil emitida individualmente pela entidade representativa dos estudantes em cada município.

Parágrafo Único - A carteira estudantil tratada no “caput” do artigo terceiro da presente Lei será fiscalizada pelas empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas para o transporte coletivo de passageiros e o órgão estadual competente.

Art. 4º - Na venda do passe escolar fica garantida a cota de 120 (cento e vinte) unidades/mês

Parágrafo único – Será permitida a venda fracionada de passes escolares em múltiplos de 10 (dez) unidades, até o limite estabelecido no presente artigo.

Art. 5º - Ficam mantidos os direitos assegurados pela **Lei nº 8.200 de 09 de dezembro de 2004**, que dá nova redação à Lei nº 5.095 de 15 de abril de 1991, que dispõe sobre a implantação do sistema de meia-passagem nos transportes coletivos, entre os Municípios de São Luis, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, nas linhas compreendidas como semi-urbanas e dá outras providências.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. Em São Luís, 15 de fevereiro de 2005. HELIO SOARES - Deputado Estadual.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa dar um tratamento igualitário a todos os estudantes do Maranhão independente do grau de ensino que freqüentam e do município em que residem.

Faz-se necessário ressaltar o texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, em seus artigos quinto e sexto, e ducentésimo quinto *in verbis*:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a Lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos que rezam os incisos de I a LXXVII.

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. (EC nº 26\2000)

Art. 205 – A educação direito de todos e dever do Estado de da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Por outro lado a educação é condição essencial para a construção de uma sociedade justa, economicamente viável; e que valoriza o ser humano; pois o emprego, a renda e cidadania são conseqüências diretas dela;

É de responsabilidade dos governos municipais, estadual e federal a execução das políticas públicas, porém a construção do desenvolvimento sustentável é responsabilidade de todos: empresários, organizações representativas da sociedade civil e governos.

A nossa iniciativa vai muito além do transporte mais acessível para os estudantes maranhenses. O foco do nosso projeto está voltado para o fortalecimento da política pública de educação, da cidadania e da justiça social.

Educação é um direito do cidadão e, portanto, um dever do Estado, assim diz a carta constitucional em seu artigo 206.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. Em São Luís, 15 de fevereiro de 2005. HELIO SOARES - Deputado Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 010 / 05

Considera de utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Social do VASSOURAL.

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a **Associação de Desenvolvimento Social do Vassoural**, com sede e foro na cidade de Paço do Lumiar.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 16 de fevereiro de 2005. “Justiça pra toda vida” HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual/PT.

PROJETO DE LEI Nº 011 / 05

CONSIDERA de utilidade pública a Associação Beneficente, Educativa, Produtiva, Cultural dos

Moradores do Bairro Coquilho e Povoados Adjacentes.

Art. 1º - É considerada de utilidade pública a Associação Beneficente, Educativa, Produtiva, Cultural dos Moradores do Bairro Coquilho e Povoados Adjacentes, com sede e foro no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 17 de fevereiro de 2005. ADERSON LAGO - Deputado Estadual - Oposição sem medo.

PROJETO DE LEI N.º 012/05

Estabelece pagamento do IPVA em até 06 (seis) parcelas mensais.

Art. 1º - Fica alterado o artigo 96 (caput e parágrafo único) da Lei 7.799/2002, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 96 - Fica o poder Executivo autorizado a disciplinar a forma e condição para pagamento parcelado do IPVA, bem como estabelecer percentual de redução do imposto para pagamento antecipado em cota única.

Parágrafo único - O órgão da Receita Estadual fixará anualmente calendário para pagamento do imposto que poderá ser recolhido em cota única ou em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas a partir do mês de março de cada ano.”

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI

Há muitos anos, decorrente de diversos planos econômicos sucessivos, a população tem visto seu poder aquisitivo ser reduzido.

Diante de tal situação, as empresas privadas têm praticado algumas atitudes para diminuir a inadimplência e aumentar o consumo.

Da mesma forma o poder público especialmente o município de São Luís tem visto esta situação com bons olhos, inclusive parcelando o IPTU em 11 (onze) parcelas.

Uma das mais significativas despesas da população que possuem veículo é o pagamento anual do IPVA. Este atualmente pode ser pago em até 03 (três) parcelas sucessivas.

Sucedem que, esta quantidade de parcelas não está mais atendendo à necessidade dos contribuintes, que via de regra, compram seus automóveis financiados e por falta de segurança pública também tem que financiar o seguro contra roubo dos seus bens.

Portanto, cumulativamente, o proprietário de automóvel tem que pagar a prestação do automóvel, a prestação do seguro e a parcela do IPVA.

Desta forma, sabendo que o IPVA é fundamental para o financiamento do Estado, é necessário que este seja parcelado em maior quantidade de prestações para que a população não fique inadimplente por absoluta falta de condições de pagamento.

Desta forma, apresentamos este projeto que a parcela inicial seja paga a partir do mês de março, pois os dois primeiros meses do ano, os contribuintes têm despesas adicionais com matrícula e material escolar dos filhos.

Este projeto tem sua viabilidade garantida por não comprometer a receita estadual do IPVA e por facilitar o pagamento do imposto pelos contribuintes.

Plenário Gervásio Santos do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 15 de fevereiro de 2005. PAVÃO FILHO - Deputado Estadual

- PTB - 2º. Secretário

SINDICATO DOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS DO MARANHÃO

Ao

Deputado João Pavão Filho

Assunto: Projeto de Lei

Prezado Deputado,

Este sindicato, atendendo solicitação a seus associados, consulta V. Sa. sobre a possibilidade de ser apresentado projeto de lei para aumentar as quotas de parcelamento do IPVA em de 03 (três) para 06 (seis) parcelas.

De acordo com nosso ponto de vista, esta medida é absolutamente necessária, pois o poder aquisitivo da população de modo geral tem sido diminuído a cada ano, e para que todos possam continuar adimplentes é necessária alguma facilidade adicional para pagamento de suas obrigações.

Também acreditamos que o início do prazo de pagamento do parcelamento deve ser o mês de março de cada ano, pois nos dois primeiros meses do ano são acumuladas diversas despesas devido ao início do ano letivo dos estudantes.

Pelo exposto, acreditamos na viabilidade deste projeto e na sua boa acolhida pelo ilustre Deputado que sempre está presente na luta das causas justas.

Atenciosamente

Márcio Amado Libério

Associação Comercial do Maranhão

São Luís, 31 de janeiro de 2005

OF.ACM 018/151

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Pavão Filho

São Luís-MA

Senhor Deputado:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vem esta Sesquicentenária Associação levar as suas preocupações no que tange a cobrança do Imposto sobre a propriedade de Veículos Automotores-IPVA, que a cada ano se torna mais difícil de ser cumprida pelos contribuintes dado o crescente aumento dos valores estabelecidos sem um correspondente aumento de rendimentos dos proprietários de veículos.

Com relação aos empresários isto se torna ainda mais evidente em razão da natureza dos veículos das empresas, utilitários, de carga ou de transporte coletivo que, como se sabe tem valores bastante mais elevados.

Entretanto, embora subam os valores do IPVA, o Governo do Estado não teve a sensibilidade de facilitar, um pouco mais que fosse, o pagamento do tributo a exemplo do que faz o Município de São Luís, com relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, cujo pagamento é facultado ser feito até 11 (onze) vezes.

É nesse sentido que esta casa, preocupada não somente com os encargos dos empresários, mas da coletividade do Estado, vem solicitar os seus bons serviços parlamentares no sentido de ser apresentado, com a urgência que o caso requer, um projeto que resulte em Lei que determine um parcelamento superior às atuais 3 (três) parcelas, para satisfação do tributo o qual, data vênua, poderia ser de no máximo 06 (seis) parcelas o que já amenizaria significativamente, a obrigação de todos para satisfazer a insaciável voracidade dos fiscos, em todos os níveis.

Com as nossas melhores expressões de apreço e consideração, aproveitamos o ensejo para enviar
Cordiais saudações,

Edílson Baldez das Neves
Presidente em Exercício

REQUERIMENTO Nº 003 / 05

Senhor Presidente:

Na forma regimental requero a V.Exa que após manifestação da Mesa, seja convocada uma Sessão Extraordinária, a realizar-se logo após a presente Sessão, para a votação, em Regime de Urgência, do Projeto de Resolução Legislativa nº 002/05, que trata da reorganização administrativa da Assembléia Legislativa

Plenário Deputado Gervásio Santos, em 17 de fevereiro de 2005.
CARLOS BRAIDE - Deputado Estadual.

APROVADO
17.02.05

REQUERIMENTO Nº 004 / 2005

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requero a Vossa Excelência, que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente aos Órgãos do Poder Executivo Estadual (Secretarias de Estado), solicitando que informe, detalhadamente a esta Casa, quais os programas ou projetos, disponíveis nos respectivos órgãos para efeito de convênios com os Municípios.

PLENÁRIO DEPUTADO "GERVÁSIO SANTOS", DO PALÁCIO "MANOEL BEQUIMÃO", em 16 de fevereiro de 2005.
SOLINEY SILVA - Deputado Estadual.

APROVADO
17.02.05

REQUERIMENTO Nº 005 / 05

Senhor Presidente:

Na forma regimental requero a V. Exa., que após ouvida e manifestada a Mesa, **seja instalado no Plenário desta Casa Legislativa um Fórum de Debates sobre "A Reforma Política no Brasil"**, a realizar-se no dia 26 de Abril do ano em curso, às 10:00 h, objetivando o compartilhamento democratizado das possíveis mudanças políticas, propostas pela Comissão Especial da Câmara Federal, entre elas, o voto de legenda em listas partidárias, o fim das coligações nas eleições proporcionais, com a criação das Federações e o financiamento público de campanhas.

O referido Fórum terá como Conferencista o Deputado Federal Ronaldo Caiado (PFL / GO), relator da Comissão Especial que analisa a matéria, e como convidados especiais todos os Deputados Estaduais e Federais da Bancada Maranhense, Prefeitos, Vereadores dos Municípios e classe política interessada.

Reiteramos sobre a necessidade deste Fórum, considerando a importância da Reforma Política no Brasil, que no seu contexto geral propõe profundas alterações, que mudam a forma de conduzir a política no país, proporcionando disciplinamento e mais transparência ao processo, o Parlamento Maranhense necessita estar inteirado a cerca desta temática cuja essência está intrinsecamente relacionada às prerrogativas que lhes são atribuídas.

Plenário "Gervásio dos Santos do Palácio MANOEL BEQUIMÃO, Em São Luís, 16 de Fevereiro de 2005. TELMA

PINHEIRO RIBEIRO - Deputada - Estadual PTB - "O Senhor dos Exércitos está conosco" Sl.46.7(a).

APROVADO
17.02.05

REQUERIMENTO Nº 006 / 05

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno deste Parlamento, requero a V. Ex.^a que, após ouvido o Plenário, seja encaminhada mensagem ao Sr. Walter Penninckk Caetano, Diretor da **CONAM – Consultoria em Administração Municipal, parabenizando-o pela publicação do brilhante trabalho intitulado "CONAN EM REVISTA" contendo informações sobre técnica legislativa e administração pública, dirigido especialmente aos vereadores e gestores municipais** o que vem somar no auxílio de quantos exercem cargos de prefeitos e vereadores, muitos dos quais sempre desassistidos de uma um bom assessoramento nesse sentido.

Em sua décima primeira edição, o trabalho informativo da CONAN continua com uma linguagem direta e simples, sempre ao alcance de todos os interessados que podem tirar suas dúvidas e verificar experiências de gestores em vários municípios do Brasil, possibilitando um melhor aproveitamento de suas idéias e ações.

Plenário "Gervásio Santos" do Palácio "Manoel Bequimão", São Luís, 11 de fevereiro de 2005. PAVÃO FILHO – DEPUTADO ESTADUAL – PTB – 2º SECRETARIO.

APROVADO
17.02.05

INDICAÇÃO Nº 007 / 05

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento interno deste Parlamento, Requeiro a V. Ex.^a que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Magnífico, Reitor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Dr. Waldir Maranhão Cardoso, solicitando providências no sentido de proceder estudos visando a implantação de um **CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA NO MUNICÍPIO DE CARUTAPERA.**

O Município de Carutapera, com uma população de 61.322 mil habitantes, localizado em uma região promissora, cuja posição geo-política exige a criação de políticas públicas que visem o crescimento de suas principais atividades econômicas, como a agricultura, pecuária e o turismo, beneficiando também os demais Municípios circunvizinhos, cuja população está calculada em 243.378 mil habitantes, e que devido a esses fatores, a sua população tem exigido a implantação de ações de largo alcance social, como a criação de um CAMPUS da UEMA, que, sem, dúvida contribuirá com o desenvolvimento científico e tecnológico daquela Região.

O acesso ao Ensino Público e gratuito, é um dever do Estado e, por conseguinte, um direito do cidadão, principalmente dos Estudantes que concluíram o ensino médio e têm de se deslocar para outras cidades a fim de ingressarem em uma Universidade.

Informamos ainda, que proposição nesse sentido foi por nós formulada através das **INDICAÇÕES 647/03 e 048/04**, que versa sobre a necessidade da implantação do referido CAMPUS no Município de Carutapera e que seja incluída no cronograma de expansão da UEMA, para 2005 nas mais diversas Regiões do Estado.

Plenário "Gervásio Santos" do Palácio "Manoel Bequimão". São Luís, 15 de fevereiro de 2005. PAVÃO FILHO – DEPUTADO ESTADUAL – PTB – 2º SECRETÁRIO

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente Indicação.

INDICAÇÃO Nº 008 / 05

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento interno deste Parlamento, Requeiro a V. Ex.^a que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Magnífico, Reitor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Dr. Waldir Maranhão Cardoso, solicitando providências no sentido de proceder estudos visando a implantação de um **CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO**.

O Município de Pinheiro, com uma população de 68.030 mil habitantes, localizado em uma região promissora, cuja posição geopolítica exige a criação de políticas públicas que visem o crescimento de suas principais atividades econômicas, como a agricultura, pecuária, e turismo, beneficiando também os demais Municípios circunvizinhos cuja população está calculada em 316.489 habitantes, e que devido a esses fatores a sua população tem exigido a implantação de ações de largo alcance social, como a criação de um CAMPUS da UEMA, que, sem dúvida, contribuirá com o desenvolvimento científico e tecnológico daquela Região.

O acesso ao Ensino Público e gratuito, é um dever do Estado e por conseguinte um direito do cidadão, principalmente dos Estudantes que concluíram o ensino médio e têm de se deslocar para outras cidades a fim de ingressarem em uma Universidade.

Informamos ainda, que proposição nesse sentido foi por nós formulada através das **INDICAÇÕES 649/03 e 046/04**, que versa sobre a necessidade da implantação do referido CAMPUS no Município de Pinheiro e que seja incluída no cronograma de expansão da UEMA, para 2005 nas mais diversas Regiões do Estado.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 15 de fevereiro de 2005. PAVÃO FILHO – DEPUTADO ESTADUAL – PTB – 2º SECRETARIO.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente Indicação.

São Luis, 15 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente

Na forma regimental indico a Vossa Excelência os nomes dos membros do Bloco Parlamentar de Oposição-BPO, para compor as Comissões Técnicas da Casa, a saber:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Titular	Suplente
Mauro Bezerra	Helena Barros Heluy

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Titular	Suplente
Rubem Brito	Mauro Bezerra

COMISSÃO DE POLÍTICA AGRÁRIA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Titular	Suplente
Rubem Brito	Domingos Dutra

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

Titular	Suplente
Luiz Pedro	Julião Amin

COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Titular	Suplente
Luiz Pedro	Julião Amin

COMISSÃO DE SAÚDE

Titular	Suplente
Julião Amin	Helena Barros Heluy

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Titular	Suplente
Julião Amin	Luiz Pedro

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Titular	Suplente
Domingos Dutra	Helena Barros Heluy

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Titular	Suplente
Helena Barros Heluy	Julião Amin

COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E HABITAÇÃO

Titular	Suplente
Domingos Dutra	Rubem Brito

COMISSÃO DE MEIO-AMBIENTE, MINAS E ENERGIA

Titular	Suplente
Domingos Dutra	Luiz Pedro

COMISSÃO DE ÉTICA

Titular	Suplente
Julião Amin	Helena Barros Heluy

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Titular	Suplente
Mauro Bezerra	Julião Amin

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Titular	Suplente
Luiz Pedro	Mauro Bezerra

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA E DA FAMÍLIA

Titular	Suplente
Luiz Pedro	Julião Amin

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA CIDADANIA

Titular	Suplente
Domingos Dutra	Mauro Bezerra

COMISSÃO DA INFÂNCIA, JUVENTUDE E DO IDOSO

Titular	Suplente
Helena Barros Heluy	Luiz Pedro

Atenciosamente. - LUIZ PEDRO - Líder do BPO

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO WILSON CARVALHO - Expediente lido Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA – Expediente lido à publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Hélio Soares.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Mesa Diretora, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, galeria e imprensa. Cumpri-me o dever, mais uma vez, de usar esta tribuna, em defesa do povo do Maranhão. Senhor Presidente, espero que esta Casa aprove o Projeto de Lei, que eu acabo de dar entrada, aqui nesse momento, que restabelece o IPVA de todo o Estado com a terminação de cada placa, ou seja, não podemos antecipar impostos. Senhor Presidente, como está através de Decreto, parece que do Secretário, é uma antecipação de receita, antecipação de imposto. Paga-se tanto imposto, no Brasil, que ninguém agüenta mais. Então, nós tínhamos que manter, ou seja, que seja pago, de acordo com a terminação de cada placa, de cada mês, como era antigamente. Se já perdemos bastante com essa arrecadação de IPVA, porque os usuários de veículos estão emplacando automóveis em Tocantins, no Piauí porque tem espaço, são mais acessíveis, a distribuição é maior. Então, têm atrativos para que se possa emplacar seu veículo; quem não está atrás de diminuir suas despesas, Deputado Pavão? Todos nós, o funcionalismo não tem aumento há muito tempo, tanto o federal como estadual, tudo a mesma coisa. Então, quem compra seu carro se programa para pagar seu IPVA. Até quando recebe o 13º, tira e aproveita para pagar o IPVA. Se forçarmos a população a antecipar esse imposto vai sacrificar sua própria família. Então, tem que esta Casa fazer valer os direitos do consumidor. A gente faz a programação, me incluo nisso também, como usuário de veículo, vai prejudicar, e não se pode antecipar imposto. Já chega o número de impostos, que se pagam antecipados, como a de bebida Deputado Wilson, se recolhe imposto antecipado. Então, não se pode passar isso para veículo também. Estamos recebendo várias denúncias, vários pedidos que esta Casa se pronuncie. Então, faço aqui, neste momento, o cumprimento do meu dever de tentar beneficiar, ou melhor, de fazer valer nossos direitos. Senhor Presidente, que V. Exa. também interceda junto ao nosso Governador do Estado, para que seja mantida a tabela como era anteriormente; cada mês, cada terminação de acordo com a sua numeração. O requerimento está chegando às mãos de V. Exa. nesse instante. Quero que V. Exa. interceda para que o povo do Maranhão saiba que estamos aqui também atentos a todos esses projetos que venham realmente beneficiar à população. Particularmente, pessoalmente não concordo, de maneira nenhuma, que se antecipe imposto de qualquer natureza. Nós temos que defender, todos nós, aliás, somos os representantes do povo do Maranhão. Muito obrigado, Senhor Presidente, espero que V. Exa. incorpore esse sentimento da população do Estado do Maranhão. Que, aliás, teve um requerimento ontem de um Deputado, se não me falha a memória do projeto do Deputado Pavão, que parcela em seis meses. Não existe! Isso, aí é uma medida do Deputado Pavão em tentar tampar o sol com peneira, dividir os três primeiros meses, botar mais três, é boa também, dos males o menor, dizia, mas não tem necessidade nenhuma; temos que manter como era antigamente, cada determinação de acordo com o mês. Muito Obrigado Deputado.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Pedro.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO (sem revisão do orador)- Senhor Presidente, por favor, para que não haja nenhum problema aí depois com o tempo. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros da imprensa, galeria, funcionários. Ontem à noite, eu tive a satisfação de participar lá na Faculdade São Luís, do lançamento do livro do jornalista Élbio Carvalho, livro intitulado 'Centro de Lançamento de Alcântara; tecnologia derretida'. E gostaria aqui de tecer algumas considerações Senhor Presidente, porque considero da

mais alta importância o lançamento deste livro, pelo tema que ele trata, é uma história de uma tragédia que foi anunciada, como é denunciada, aqui no próprio livro, e que é depois das diversas investigações que foram feitas, nos diversos adiamentos para que se dissesse o que aconteceu, ainda hoje a população brasileira não tem conhecimento do que de fato se passou, naquele mês de agosto de 2003, no Centro de Lançamento de Alcântara. Então, o Brasil que sonha em se tornar uma potência de Primeiro Mundo, um país de Primeiro Mundo, que desenvolve pesquisas das mais diferentes áreas, em que tem na biotecnologia hoje, um dos setores de ponta e que também investe na área aeroespacial, é preciso que o exemplo que vem de Alcântara, no sentido de falta de investimento dos diversos governos, mas muito especialmente do Governo Federal, dos sucessivos governos federais, que passaram desde a implantação desta Base, desse Centro de Lançamento de Alcântara, para que não se frustrasse esse grande sonho, que já teve os seus mártires, quando do acidente que aconteceu, não se sabe, até hoje, se foi acidente ou foi sabotagem em relação ao Centro de Lançamento de Alcântara. Então, eu gostaria de destacar aqui o trabalho sério, o trabalho competente do jornalista Élbio Carvalho, que é estudante ainda da Faculdade São Luís, mas que já tem frente às câmeras cerca de 15 anos. É um profissional competente e que agora dá um salto aí no seu trabalho com o lançamento deste livro. E acho, que todos nós, que somos representantes do povo maranhense deveríamos ler este livro porque ele levanta sérias dúvidas a respeito do que de fato aconteceu no Centro de lançamento de Alcântara, quando do lançamento do VLS. Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria aqui de me congratular com o jornalismo maranhense, que dá prova de competência, que dá prova de sensibilidade, dá prova de oportunidade por abordar um tema, que ao mesmo tempo é momentoso e sério, porque diz respeito ao nosso futuro enquanto país. E, gostaria aqui de deixar os meus parabéns, as minhas congratulações ao repórter Élbio Carvalho pelo lançamento do livro, 'Centro de Lançamento de Alcântara; tecnologia derretida'. Era isso o que eu tinha dizer Senhor Presidente. Muito Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Com a palavra o Deputado Domingos Dutra. Ontem alguns deputados não estavam presentes, inclusive o Deputado Domingos Dutra estava em viagem. Nós queremos informar aos Senhores Deputados que a nossa Sessão está em tempo real na Internet e quem quiser acessar o Site pode acompanhar de qualquer parte do mundo a Sessão Plenária.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador)- Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, senhores jornalistas, senhores e senhoras que estão na galeria. Inicialmente, eu quero desejar a todos os deputados, deputadas, a imprensa, as galerias que nos prestigiam sempre, um bom retorno, um êxito exemplar neste 3º ano Legislativo, Sessão Legislativa e que este Parlamento se fortaleça, não apenas para garantir os trabalhos de cada membro, mas se fortaleça voltado sempre para os interesses da população, principalmente a população mais carente. Eu quero desejar ao Deputado João Evangelista e aos demais membros da Mesa, que foram eleitos no dia 31, quero desejar todo o sucesso. E somente agora, Senhor Presidente, estou podendo expressar esse meu sentimento, em virtude de não ter podido antes. No dia que V.Exa. foi eleito, tentei chegar até a Pavan, mas lamentavelmente não pude cumprimentar V.Exa. por circunstâncias daquele momento. No dia que V.Exa. foi empossado, eu resolvi não ficar para merenda, que é o chamado Coffee Break. Não é Deputado Bacelar? No meu interior, a gente chama de merenda, mas agora tudo é linguagem estrangeira e chama-se Coffee Break, e eu não quis ir para a merenda que V.Exa. ofereceu no gabinete. Mas, depois eu tentei três vezes parabenizar V.Exa. e não consegui, por duas vezes tinha uma fila de deputados; uma das quais estava o Deputado Bacelar e eu seria o terceiro e resolvi não esperar porque já tinha um esperando há meia hora. E na terceira vez V.Exa. estava trancada a chave por

dentro, bati duas vezes, mas V.Exa. deveria estar numa reunião muito importante e eu não consegui parabenizar V.Exa. Quero, portanto, expressar nesse momento e desejar todo sucesso e aos demais membros da Mesa. E, queria até sugerir que V.Exa. pudesse convocar uma Sessão Secreta, para que a gente pudesse discutir como vai ser a metodologia do acesso à Mesa, como serão as reuniões mensais que estão previstas, no Regimento, que mês a mês a Mesa tem que se reunir com pauta publicada, com direito de qualquer parlamentar poder participar com direito de voz nas reuniões. Eu acho isso salutar, porque eu tenho certeza que V.Exa. vai tentar imprimir, na Mesa Diretora da Assembléia avanços, além daqueles que foram conseguidos na Mesa anterior. Portanto, fica aqui a minha sugestão a V.Exa. Eu já passei aqui, pela segunda vez como deputado, é a quarta Mesa que eu acompanho, cada um tem uma metodologia, e eu gostaria sinceramente de não ter dificuldades e de ter acessos a presidência, acesso à Mesa sempre voltado para o desenvolvimento do nosso trabalho. Senhor Presidente, eu estive, em Brasília, acompanhando a eleição da Mesa da Câmara e do Senado. Na próxima semana, vou fazer uma reflexão sobre os resultados desta eleição. Mas, neste momento, neste resto de tempo que eu tenho direito, quero referir-me ao enfraquecimento do Senador Sarney, no Senado da República; é evidente que o PT perdeu com a não eleição do Deputado Luís Eduardo Greenhalgh, o Governo perdeu e o Presidente Lula também perdeu. Vou fazer uma reflexão na outra semana. Mas também o Senador Sarney foi o grande derrotado nesse processo. Primeiro, porque não conseguiu a reeleição que ele contava até o último momento; segundo, ele viu eleito para a Mesa do Senado o seu adversário, o Senador Renan Calheiros; terceiro, o Senador Sarney fez tudo para ver o Senador Lobão eleito para a Mesa do Senado e foi derrotado; e quarto, o Senador Sarney tentou emplacar o Deputado César Bandeira, na Primeira Vice-Presidência e também perdeu. Portanto, são indicativos de que o Senador Sarney está realmente no final da carreira. E por último, tudo indica que a Senadora Roseana Sarney, não será nomeada Ministra por vários motivos, mas o principal, é essa dúvida que paira sobre a sua doença. Eu aqui não quero questionar e nem quero vulgarizar a questão da saúde de ninguém, mas o próprio Grupo Sarney deixa em dúvida a doença dos seus membros, se efetivamente eles usam para fins políticos. A Senadora se internou, o Senador Sarney disse que ela se internou e não comunicou à família, depois veio para o carnaval, não ia desfilar, depois apareceu num bloco, depois apareceu numa sacada, depois se internou de novo, os pontos romperam. E, o fato concreto é que o Sarney e nem ela não moveram nenhuma palha pela eleição do Luís Eduardo Greenhalgh. Eu tenho a impressão que esse negócio da doença foi uma forma de ficar aqui escondida para não fazer nada, absolutamente nada pela eleição do Luís Eduardo Greenhalgh. Já que a Senadora Roseana sempre fala que é uma grande articuladora, que tem um prestígio muito grande. Então, ficou assim muito estranho, Deputada Graça, esse silêncio, esse recuo da senadora para o Maranhão, esse vai e não vem de doença; vai para o carnaval, se interna. O fato concreto, na minha impressão, é que tudo isso foi inventado para não mover nenhuma palha para a eleição do Luís Eduardo Greenhalgh. Eu tenho impressão que esses fatos vão pesar na sua escolha ou não, para o Ministério do Presidente Lula. Portanto, queria fazer esse registro. Na próxima semana, eu reflito aqui sobre a não eleição do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh para a Câmara Federal. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Só queremos informar ao nobre Deputado Domingos Dutra, que nós vamos sim, mesmo que o Regimento não impusesse a Mesa, nós iremos e vamos fazer as reuniões. Já fizemos a primeira. E baseado no artigo 11º parágrafo 8º, não são 30 dias, são 15 dias; a cada 15 dias a reunião da Mesa, até por que nós temos um plano de trabalho na Casa e é exatamente essa avaliação. O que nós queremos fazer por mês é uma reunião geral com todos os 42. Fazer uma avaliação, mês a mês, do rendimento, dos avanços, do que precisamos fazer para que o Parlamento

esteja mais próximo da população. Ontem, nós anunciamos aqui e já determinamos a nossa assessoria, um estudo para o problema de habitação do servidor desta Casa. Deputado, é um projeto interessantíssimo, muito importante e para isto vamos trabalhar, iniciar o trabalho no projeto do Plano de Cargos e Carreira e Salário do servidor desta Casa. Então, esse avanços se Deus quiser, nós vamos ao dia-a-dia todos unidos, independentemente de partido, no objetivo comum de fazer esse Parlamento a Casa do Povo do Maranhão. E as reuniões serão abertas de 15 em 15 dias, a qualquer parlamentar da Casa participar. Com a palavra, o Senhor Deputado Joaquim Haickel, por cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Primeiramente, gostaria de me congratular com a nova Mesa Diretora da Casa, dizer o quanto estou satisfeito com as medidas rápidas e eficientes tomadas pelo Senhor Presidente e pelos Deputados que compõem a Mesa Diretora, no sentido de colocar as nossas sessões em tempo real na Internet, coisa que eu gostaria muito de ter feito quando fui Primeiro Secretário nesta Casa. Também quero louvar a intenção de V.Exa. de implantar na Assembléia Legislativa do Maranhão, uma rádio e uma televisão para que nós possamos ter uma ligação direta com o nosso patrão, que em primeira e última análise é o povo do Maranhão. Mas, eu gostaria de fazer uma análise, e eu vinha já falar aqui da batalha do Deputado César Bandeira, ontem, na tentativa de eleger-se Primeiro Vice-Presidente da Câmara Federal. E o Deputado Domingos Dutra, que é meu amigo, de quem costume normalmente concordar nas teses, mesmo que discordando muitas vezes na forma de desenvolver as teorias. Ele me deu um mote, ele disse uma coisa que não é lá muito verdade, apesar de começar parecer que é, e o que parece como dizia Pirandelo, acaba sendo. Assim é se lhe parece, era a frase de Pirandelo, um escritor Italiano que se preocupava muito com a colocação das palavras corretas nas frases. Assim é se lhe parece Deputado Dutra. A derrota do Deputado César Bandeira, nada tem a ver com o enfraquecimento do Senador José Sarney a nível nacional, muito pelo contrário. O Deputado César Bandeira, que perdeu por 27 votos para o Deputado José Tomaz Nono, de quem eu tive o prazer e a honra de ser colega, na Assembléia Nacional Constituinte, não foi derrota nem de Sarney e nem de Bandeira. A derrota por 27 votos do Deputado César Bandeira, e foi por isso Senhor Presidente, que eu vim, nesta tribuna hoje, louvar a atitude do Deputado César Bandeira de enfrentar um partido poderoso como o PFL nas urnas com os seus pares, derrotado por 27 votos. O vencedor daquela eleição foi o Deputado César Bandeira, porque o Deputado José Thomaz Nonô simbolizava a vontade do Plenário da Câmara Federal e principalmente do PFL, de dizer mais uma vez não a forma com que muitas vezes as Câmaras, os Congressos, as Assembléias decidem os seus destinos. O Deputado Thomaz Nonô é um adversário ferrenho do governo Lula, era o candidato do PFL àquele cargo, e o PFL, não só o PFL, mas principalmente os deputados da Câmara Federal que gostariam de mandar um recado ao Presidente Lula, do mesmo jeito que mandaram um recado com a eleição do Presidente Severino Cavalcante, mandaram ontem um recado não derrotando César Bandeira, mas elegendo Thomaz Nonô. Quero dizer, em defesa também do Deputado Thomaz Nonô, que é talvez um dos mais bem quistos deputados deste país. Um deputado de Alagoas, um homem que se posicionou, há época, uma voz quase solitária contra Fernando Collor de Melo, um homem que tem uma postura invejável e de quem já disse e volto afirmar; tenho o prazer e honra de ter sido colega dele. Mas, também fui colega de César Bandeira nesta Casa e demonstrou ontem, apesar de muita gente não concordar, uma disposição muito grande para enfrentar posições políticas. Eu quero me congratular com o Deputado César Bandeira, quero me congratular com a Câmara Federal e quero discordar também do Deputado Domingos Dutra, quando ele diz que a eleição de Severino Cavalcante, muito simplesmente parecer ser muito claro foi uma derrota

do Presidente Lula. Não, não foi apenas uma derrota do Presidente Lula, foi uma resposta aos anseios dos deputados do baixo clero, como aqui já foi dito ontem, no sentido de deixar a praxe. E uma coisa muito curiosa, senhores deputados aconteceu: o Senado Federal representante do Estado no Congresso obedeceu a praxe e elegeu o seu Presidente sem disputas, como já mandava não a regra, mas o preceito costumeiro; a Câmara Federal que sempre foi rebelde, representante do povo, elegeu um candidato do baixo clero, com uma proposta de agregar deputados independentemente de partidos. Mas também aqui quero colocar o Deputado Domingos Dutra em xeque, ele disse que o Presidente Sarney está acabado, está se acabando, que a oligarquia, e principalmente o Presidente Sarney, que foi a palavra que ele usou. E a forma melhor de provar isso será se essa Casa Deputado Dutra, aprovar os três projetos que tramitam aqui, desde ontem, de autoria do Deputado Aderson Lago, aí sim eu vou dizer a V.Exa. que o clã Sarney, que o Presidente Sarney está liquidado. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Com a palavra o Senhor Deputado Francisco Gomes.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, demais membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores da imprensa, senhoras e senhores da galeria. Inscrevi-me ontem para falar, no Expediente Final, daquela 1ª Sessão Ordinária desta 3ª Sessão Legislativa, no entanto, eu era o último orador inscrito e como o Plenário estava já esvaziado, eu declinei de me pronunciar naquele momento. No entanto, Senhor Presidente, estou hoje aqui para marcar uma posição minha, pessoal nesta Casa. Senhor Presidente, vi ontem atentamente os elogios merecidos por parte de quase todos os colegas que aqui se pronunciaram acerca da nova direção desta Casa capitaneada por V. Exa. O milagre operado pelas ferramentas modernas da comunicação levando imagens e sons gerados neste Plenário a todos os recantos do mundo, a nossa velha e querida Rádio Timbira aqui será instalada para ecoar em todo o Estado e nos Estados vizinhos, os debates que se travarão neste Parlamento. Esperamos que assim seja, como esperamos também que a administração das mudanças pregadas, da libertação tão falada, inicie o seu caminho pela transparência, pela publicação de todos os seus atos para que todos possam acompanhar a administração desta Casa, desde o ato de reformas, nomeações, demissões e contratos e gastos de toda espécie. Antes da eleição e próximo à eleição, V. Exa. procurou conversar comigo. Falou-me dos seus planos, dos seus projetos de mudanças, não pediu o apoio nem o meu voto para sua eleição. Falou-me da nova organização, do Plano de Cargos e Salários valorizando os servidores desta Casa. Enfim, descreveu todo um plano reafirmando que em sua administração não haveria nenhuma discriminação a nenhum parlamentar, a Casa seria de todos. Conhecemos-nos Senhor Presidente, há muitos anos atrás, nascemos na mesma região da baixada maranhense, trabalhamos juntos, temos uma profunda amizade e o respeito mútuo que eu admiro muito durante tanto tempo que nos conhecemos. Não votei em V.Exa., anulei o meu voto como forma de protesto pela maneira que foi utilizada esta eleição para outros propósitos, inclusive para esconder a fraqueza de um governo que tem procurado utilizar artifícios, ludibriando até a maioria da oposição, aqui nesta Casa, que durante tanto tempo tem lutado por outros caminhos para solução de seculares problemas do nosso Estado. Vejamos como o nosso raciocínio apóia-se em argumento lógico. Estamos na 3ª Sessão Legislativa, todas as matérias encaminhadas pelo Poder Executivo foram aqui apreciadas, sem nenhuma protelação, sem nenhum embargo e todas foram aprovadas por grande e folgada margem de votos dos Senhores Deputados nesta Casa. Então, por que se falar de repente numa eleição que queriam, com a eleição da nova Mesa, derrubar o Governo, decretarem impeachment, isso tudo é invenção. Isso tudo foi uma invenção e nós Deputados somos mais uma vez utilizados nessa farsa que se fez da campanha desta eleição

para a Mesa da Assembléia. Eu tive um único colega que me pediu voto para Presidente desta Casa, que foi o nosso combativo Aderson Lago, aqui da oposição. Eu concordei em votar com Aderson Lago, porque eu quero e queria, acima de tudo, a independência desta Casa, a independência deste Poder. Mas, Senhor Presidente, foi essa forma que me levou a votar contra. Nada contra V. Exa. em absoluto. Eu quero cada vez mais é engrandecer o Poder desta Casa, eu participo dela, eu quero que ela seja cada vez mais engrandecida. Então, o nosso comportamento aqui é que vai refletir, a nossa conduta é que vai refletir o que é esta Casa junto à sociedade que espera muito de todos nós. É isso, Senhor Presidente, o que eu gostaria de lhe transmitir neste momento. E gostaria mais, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores da galeria e da imprensa, todos os Senhores e Senhoras acompanharam o meu posicionamento desde o início aqui nesta Casa, sempre tive uma posição independente porque assim eu achei que deveria ser, e hoje eu vejo que grande parte da oposição se calou, este governo conseguiu ludibriar e calar a maioria da oposição aqui nesta Casa, e se esta Casa, se a oposição falir, se a oposição se calar, se não houver mais oposição, eu digo com certeza Senhor Presidente, vamos fechar as portas desta Casa, porque nós não estamos mais vivendo em uma democracia. E a hora em que a oposição se calar, esse governo se transformará num déspota, porque não haverá ninguém para criticá-lo, não haverá ninguém para apontar os seus erros e os seus desvios, não haverá ninguém para apontar novas soluções para enfrentar os grandes problemas que o nosso Estado enfrenta neste momento. É isso, Senhor Presidente, que eu quero aqui deixar firmado primeiro o meu apoio incondicional à sua gestão, à frente desta Casa para fortalecer este Poder; segundo, a minha posição como deputado, não mais independente como eu vinha exercendo até então, eu quero marcar aqui a minha posição como Deputado de oposição ao governo, esse governo que está no término e que não fez nada e que está levando o Maranhão ao retrocesso como eu irei dizer muitas vezes ainda aqui desta tribuna. Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Com a palavra o Deputado Manoel Ceará, cinco minutos. Queremos dizer ao nobre Deputado que a nossa intenção é o Parlamento realmente livre, para isto é que hoje estamos na Internet, no mundo, e a rádio na voz da Assembléia, sem censura, sem corte vai poder levar o pensamento de cada parlamentar ao povo do Maranhão.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL CEARÁ (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores Deputados que compõem a Mesa, Deputados e Deputadas, galeria e imprensa. Senhor Presidente, ontem muitos Deputados, alguns falaram que não falavam mais sobre a eleição e também não falo. A eleição passou e o Senhor João Evangelista foi escolhido e nada eu tenho contra. Sim, eu votei no Deputado Mauro Bezerra porque é um parlamentar a nível também da gente e um cidadão que merecia o voto. Agora não vamos falar mais em eleição, vamos falar em trabalho. Senhor Presidente, espero que a Mesa Diretora e todos os Deputados, que continuaremos o trabalho. Senhor Presidente, as indicações e os projetos que estamos já no 3º ano do nosso mandato, que não ficam os projetos e nem as indicações aqui dentro da Assembléia, que cheguem ao conhecimento do povo do interior para serem realizados alguns benefícios que são pedidos de todos os deputados da base do interior; como eu, Deputado Ceará, tem esse prédio que as pessoas estão pegando chuva e sol lá em Bacabal, a feira livre. Senhor Presidente, esse prédio do mercado está incluído no orçamento de 2005, mas eu tenho também o piso sanitário da pobreza tanto de Bacabal como de todo o Maranhão, não confundindo que têm pessoas que confundem o kit sanitário com a vigilância sanitária. Mas a vigilância sanitária é uma e o kit sanitário é outro, do pobre que não pode construir o aparelho sanitário. Tem também o projeto da Avenida João Alberto que está aqui dentro da Assembléia que eu fiz. Tenho o projeto da reforma da estrada de Lago Verde a Lagoa Açu, quando está

no mês de março, lá tem muita produção para sair, do peixe, é tudo e a dificuldade da estrada. Tem a estrada também que eu pedi de São Luís Gonzaga a Pedreiras e eu espero que na administração do novo Presidente me dê essa força e a força de todos os deputados; que a população das bases de qualquer um dos Deputados fique alegre e tenha o prazer de ver algum serviço prestado levado pelos Deputados. Quero dizer também Senhor Presidente, eu tenho uma indicação para dar entrada aqui só segunda-feira, sobre um Colégio de uma cidade que está com urgência de carteiras, porque a diretora quer começar as aulas e os alunos estão em pé. Na segunda-feira, entro com esse Requerimento e explico qual é a cidade. Era só isso que eu queria dizer Senhor Presidente e muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RUBENS PEREIRA - Com a palavra o Deputado Pavão Filho. Convido a Deputada Janice Braide para fazer parte da Mesa.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente em exercício Deputado Rubens Pereira, Senhores membros da Mesa, Senhores e Senhoras Deputados, galeria e imprensa. Voltei à tribuna hoje, estive ontem, para falar sobre dois assuntos. Primeiro reafirmar a necessidade de reformularmos a lei que estabeleceu o pagamento do IPVA em três parcelas, até para esclarecer melhor, ao nosso querido Deputado Hélio Soares, nosso amigo que já não estava, ontem, no final da sessão e informá-lo de que nós demos entrada, demos entrada nesta Casa, ontem, num projeto de lei, fruto de reivindicações de seguimentos da sociedade, pessoas físicas, a Associação Comercial do Maranhão, Sindicato dos Vendedores de Combustível do Estado do Maranhão e outras entidades, que nos mandaram ofício pedindo que nós apresentássemos uma iniciativa, uma proposição que estabelecesse o pagamento do IPVA, em até seis parcelas, a partir do mês de março, porque os meses de janeiro e fevereiro são meses em que a maioria das famílias tem uma despesa muito maior, principalmente, com a questão do material escolar. Começando em março, abril, maio, junho e julho, seis parcelas facilitariam a vida do contribuinte que paga uma carga tributária altíssima neste País e permite uma maior arrecadação pelo Estado. Então, não propusemos isenção de pagamento de imposto, não propusemos parcelamento de dívida que foi inclusive uma iniciativa da Deputada Cristina no ano passado e que agora o Prefeito Tadeu Palácio incorporou isto e a Prefeitura propôs o pagamento dessa dívida de juros e multas. O nosso projeto Deputado Hélio, ele permite o pagamento desse imposto que é um Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, imposto 100% estadual, de competência do Governo do Estado estabelecido no Código Tributário do Maranhão, que ele seja pago em seis parcelas. É o sentimento da sociedade e evidentemente que a própria Secretaria de Fazenda, Deputado Hélio, pode estabelecer regras com letras de terminação das placas incorporadas dentro desse alargamento do prazo que nós propusemos. A Medida é necessária, espero que essa Casa acolha e espero que o Governador José Reinaldo se sensibilize com os anseios da população, que sancione o nosso projeto para que ele possa, inclusive, permitir que o Estado arrecade mais e que as pessoas possam pagar em mais prestações, ou seja, em seis parcelas. O segundo assunto Senhor Presidente, é manifestar aqui o nosso repúdio, o nosso protesto, vou propor a esta Casa uma Moção de repúdio na Sessão de segunda-feira, mas vou externar aqui o nosso repúdio contra a Medida Provisória do Governo Federal, a Medida Provisória n.º232 que aumenta a carga tributária neste País. O Brasil é o País que tem proporcionalmente a maior carga tributária fiscal do mundo e o governo manda para o Congresso Nacional, contra o sentimento da população do Brasil inteiro, já manifestaram um protesto de mais de mil entidades desse País; uma Medida Provisória em que faz parte da correção da tabela do imposto de renda e com a outra mão aumenta a carga tributária, principalmente dos profissionais liberais, dos pequenos produtores, com isso prejudicando e levando para a

informalidade, prejudicando a geração de emprego e eu espero que a nossa Bancada Federal do Maranhão, tanto no Senado da República quanto na Câmara Federal, não vote a favor dessa Medida Provisória do Governo, a 232 que está no Congresso Nacional. Discutirei esse assunto mais profundamente, Senhor Presidente, na próxima segunda-feira, quando apresentaremos aqui nossa Moção de repúdio a essa Medida Provisória. E um outro assunto Senhor Presidente para encerrar, nós apresentamos, nesta Casa hoje, um projeto de Decreto Legislativo que concede a medalha Manoel Bequimão que é a maior honraria do Poder Legislativo Estadual, a medalha Manoel Bequimão ao Prefeito de São Luís Tadeu Palácio, em reconhecimento ao excelente trabalho que o Tadeu tem feito na Capital, que desfruta hoje 72% de popularidade na Capital, considerado, em recentes pesquisas como o maior líder político da Capital. Um jovem político que teve a honra de ser colega de Tadeu durante 10 anos na Câmara Municipal de São Luís, 8 anos na Câmara Municipal de São Luís e é uma alegria como um colega seu de Parlamento, que ingressamos no Parlamento de São Luís, em 88, na eleição para vereador, eu e ele fomos eleitos pelo Partido Liberal, depois reeleito em 92 e depois reeleito em 96. Em 2000, o Prefeito Tadeu saiu para ser Vice-Prefeito do Dr. Jackson. E em 98, saí para Deputado Estadual. Então, no reconhecimento do povo do Maranhão, através desta Casa, no reconhecimento do povo, especialmente de São Luís, onde esta Casa tem a sua sede, que é da capital do Estado. Nós estamos propondo a medalha Manoel Bequimão ao Prefeito Tadeu Palácio, em uma demonstração de reconhecimento ao trabalho que ele tem feito em favor do povo de São Luís, a forma como tem governado e que acima das suas qualidades, nós poderíamos dizer que tem o carimbo da humildade, que é o mesmo carimbo que tem V. Exa. que hoje conduz essa Casa, Deputado João Evangelista. Portanto, eu propus como uma forma de reconhecimento ao trabalho sério, responsável e dinâmico desse jovem Prefeito de São Luís que é o nosso colega Tadeu Palácio. Muito obrigado Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA - Deputada Helena Barros Heluy.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (sem revisão da oradora) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, senhores e senhoras da galeria, imprensa. Venho a esta tribuna para trazer algumas informações, prestar alguns esclarecimentos e fazer um convite. O convite Senhores Deputados, Senhoras Deputadas é no sentido de ampliar aquele que recebi e acredito Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas também, para um lançamento da Campanha da Fraternidade de 2005, no próximo sábado, dia 19, às 15h00, na Praça Maria Aragão. A Campanha da Fraternidade deste ano, 41 anos desta experiência profética da CNBB do Brasil, está subordinada a um dos versículos mais fortes dentro do sermão das bem-aventuranças: "Felizes os que promovem a paz", extremamente oportuno Deputada Telma, extremamente oportuno. E a Campanha da Fraternidade, deste ano, a exemplo do que aconteceu em 2000, tem um caráter ecumênico, o convite nos é formulado por Dom Paulo Eduardo Ponte, Arcebispo de São Luís e do Pastor José Francisco Aranha da Obra Bíblica Missionária. Então, compartilho com todos os Senhores Deputados, funcionários da Casa, os senhores e senhoras da galeria e os colegas da imprensa para este momento forte de denúncia e de reflexão também. O segundo ponto: estou dando entrada, Senhor Presidente, em um Requerimento que é uma Indicação. Aqui muito se tem falado sobre a situação das estradas aqui do estado do Maranhão. Aqui se tem falado de estradas inexistentes, de estradas fantasmas, de estradas mal cuidadas, estradas deterioradas e eu tenho feito um esforço muito grande de incluir na pauta das preocupações, Deputado Max, a BR-230, que V.Exa. conhece muito bem. Mas, aquela nossa região Deputado João Evangelista, Presidente da Casa, eu digo nossa, porque por extensão é também região de V.Exa. É uma região que é totalmente abandonada, tanto por este Maranhão como pelo sonhado e decantado

Maranhão do Sul. E a ponte sobre o Riacho Grande a 12 km da minha querida Barão de Grajaú, está colocando em risco as 600 ou 700 carretas que diariamente trafegam por lá. A importância daquela BR que liga os vales do Parnaíba e Tocantins, por onde passa parte do fluxo imenso da soja e outros produtos mais do sul do Maranhão está colocando em risco, há muito tempo, todos quantos por ela trafegam. Estou pedindo através de Requerimento, informações ao Superintendente do DENIT do Maranhão, Dr. Leônidas Caldas Neto, faço questão de dizer, meu amigo pessoal, não é nada, não tem nenhum sentido que possa a ser deturpado, é apenas um apelo para que sejam prestadas informações sobre a situação dessa ponte, se já existe empresa contratada e em caso positivo; qual o prazo? Porque é situação de risco. Quando V.Exa. for novamente à São João dos Patos, estenda-se e vá se deliciar um pouco às margens do velho Mogi, e constate ali essa realidade. Estou pedindo também, via indicação, que isto chegue ao Ministro dos Transportes Alfredo Pereira do Nascimento. Está acompanhado de foto. E eu peço que os Senhores Deputados que se interessarem para se unir a este grito, possam consultá-la. Outro ponto, terceiro e último: ontem ao final da sessão, eu fui entrevistada por dois colegas jornalistas, que muito me honraram com o pedido de entrevista. E apenas para esclarecer e evitar dúvidas, por que já recebi inclusive telefonemas de algumas pessoas um tanto alarmadas. Eu não tenho medo, eu não tenho nada a temer com relação a se estou saindo no jornal A, B, C ou D ou se não estou saindo, eu defendo o amplo direito à liberdade de imprensa. E, é dentro dessa linha, que eu quero apenas prestar dois esclarecimentos: é dado que o Dr. Sálvio Dino de Castro Costa Júnior, quando ainda exercendo com muito brilhantismo, competência e destemor uns dos cargos da nossa assessoria, ocupando uma das ISOs que Deputado tem, teria entrado com várias ações contra o governo e o Governador José Reinaldo. Esta afirmação pode sugerir em alguns, que o Dr. Sálvio esteja acendendo uma vela a um e a outro ou tenha mudado o seu compromisso. Quero dizer que o Dr. Sálvio não entrou com nenhuma ação, as ações são da lavra do Dr. Márcio Endles, que entrou em nossa assessoria junto com mais dois estudantes do curso de Direito, submetendo-se a um processo seletivo como estagiário e ainda continua nos ajudando e assessorando no campo jurídico. São todas da lavra do Dr. Márcio Endles. Quero deixar isto bem claro, não vai nisso nenhuma censura que integra o corpo de assessores jurídicos do nosso gabinete. Quanto a Helena pede a apuração de uma série de denúncias, claro, peço que seja feita a apuração devida, que sejam prestados esclarecimentos quer sejam companheiros de partido, quer sejam denúncias ou dúvidas suscitadas contra a minha pessoa. É este o meu modo de agir, espero que tudo fique muito bem claro. Obrigada Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Terminou o tempo, e os Deputados inscritos ficaram para a próxima sessão. Mas faço uma sugestão; que falem no horário do Partido, o Tempo do Partido ou se inscrevam no Expediente Final. Eu queria até convidar a Deputada Helena Heluy, que já fiz o convite a toda a Assembléia, a todos os deputados, nós pedimos juntamente com o Governo do Estado uma audiência ao Ministro dos Transportes, e poderá ser na próxima terça ou quarta-feira, aonde vamos levar a preocupação deste Poder com as estradas do Maranhão, as BR's. E sábado, todos estão convidados, vamos visitar a BR-230, aliás a BR-316 e tem uma reunião com todos os prefeitos, vereadores, lideranças lá do Alto Turi. Eu sugiro a Deputada Helena Barros Heluy, que essa questão da ponte da BR-230, que nessa audiência com o Ministro, e lhe dou a sugestão de que seria importante fotografar a situação da ponte e fazer parte da comissão que vai até Brasília na audiência com o Ministro.

IV - ORDEM DO DIA

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Requerimento à deliberação do Plenário. (lê). De autoria do Deputado Carlos Braide. Em discussão. Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. Fica convocada a Sessão Extraordinária logo após a Sessão Ordinária. Requerimento 004/2005. (lê). De autoria do Deputado Soliney Silva. Em discussão. Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento 005/2005 de autoria da Deputada Telma Pinheiro. (lê). Em discussão. Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento 006/2005 de autoria do Deputado Pavão Filho (lê). Deputado Pavão Filho. Os Senhores Deputado que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Com a palavra a Deputada Helena Heluy.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (sem revisão da oradora) - Senhor Presidente, um dos pleitos já apresentados aqui na presente Legislatura ou Sessão Legislativa, é no sentido de que todas as matérias a serem votadas, trazidas a Plenário sejam estritamente apreciadas na forma do Regimento Interno, quer dizer, anunciada de véspera e estando no Diário do Dia, pelo menos. Ontem, não era efetivamente V.Exa. quem estava na Presidência, salvo algum equívoco de minha parte, era o Deputado Alberto Franco e ao final, eu pedi que fosse lida a Ordem do Dia de hoje e fomos informados de que não tinha. Eu até ainda perguntei: Então, amanhã nós não temos o que votar? E eu estou sendo tomada de surpresa por já estar votando. Eu gosto de ver as linhas e as entrelinhas. Então, eu gostaria de registrar isto nesta sessão e pedir que sejam tomadas as providências com relação a esta votação já contra o Regimento Interno e a prática que deve ser de um Parlamento. Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Consultando aqui a assessoria da Mesa e o Regimento, os Requerimentos votados agora. Os projetos não serão votados sem serem lidos, incluídos na sessão anterior, não só será aqui na Mesa como ao mesmo tempo estarão disponíveis na Internet. Estes Requerimentos hoje votados, eu peço à assessoria, porque a informação que me chega aqui é que os Requerimentos podem ser dado entrada até às 8:30 horas da manhã e colocado na Ordem do Dia. Eu estou pedindo a consulta, porque se assim for Deputada, com certeza na questão da matéria extraordinária nós estamos tirando cópia avulsa para entregar antes da sessão a V.Exas.

O SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO BACELAR - Senhor Presidente, eu peço a palavra para uma Questão de Ordem.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Concedo a palavra a V. Exa.

O SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO BACELAR – Eu gostaria de frisar que há o Requerimento de urgência, urgentíssima, que às vezes foge de uma prévia divulgação no Diário da Casa.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Eu quero informar a Casa o seguinte: com certeza vamos cumprir. Havia uma prática, o assessor está buscando o artigo do Regimento, por que ele disse a mim, que Requerimento pode ser dado entrada na Mesa até às 08:30h e colocado o Requerimento. Matéria de ordem do Poder Executivo, desta Casa, dos Senhores Deputados, projetos, estes terão que serem incluídos na pauta da sessão anterior.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO – Permita uma Questão de Ordem Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Com a palavra o Deputado Luiz Pedro.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO – Quero dizer o seguinte: eu lendo aqui o Diário da Assembléia de hoje, meu nome aqui na Ata da Sessão Ordinária aqui está constando como ausente, quando ontem eu estava aqui presente. Então, eu gostaria de fazer essa retificação, para que fosse publicada posteriormente a minha presença.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA – A sua observação Deputado Luiz Pedro, será acatada, procede e é fundamental e os olhares atento de V.Exas. com esse espírito de colaboração para um bom desempenho da prática Legislativa aconteça. Nós estamos iniciando, e a nossa estrutura ainda de assessoria da Mesa está realmente ainda dando espaço para que essas falhas não aconteçam.

V - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA – Orador, Deputado José Lima. Declina. Tempo dos Partidos. Bloco Parlamentar Progressista - BPP. Com a palavra o Senhor Deputado Alberto Franco.

O SENHOR DEPUTADO ALBERTO FRANCO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, distinta galeria, Senhores e Senhoras da imprensa. Dois assuntos que julgo da maior importância me trazem a tribuna deste Parlamento. Um é para anunciar o projeto de lei que já estamos protocolando, que visa proteger o consumidor maranhense. Eu tenho sido vítima Senhores Deputados, de empresas que vendem serviços como CAEMA, CEMAR, TELEMAR, empresa de telefonia móvel, empresa de telefonia de serviço fixo, que costumam cobrar dívidas passadas dos seus consumidores e muitas das vezes dívidas já pagas e como o cidadão não pode mais comprovar porque perdeu a conta, está obrigado a pagar novamente. Eles costumam muitas das vezes jogar o barro na parede para ver se cola. Se o cidadão não tem a conta para provar, ele está sujeito e é obrigado a pagar de novo por uma conta que já pagou, porque o seu nome vai direto para o SERASA, para o SPC. Nós estamos fazendo um projeto de lei que obriga a CAEMA, que obriga a CEMAR e que obriga as empresas de telefonia, a cada ano, na conta do mês de dezembro, expedir uma certidão negativa de débito, porque o cidadão guarda uma conta e tem a garantia, através da certidão de que aqueles doze meses, ele não deve a empresa. É mais fácil ele guardar uma conta que tem uma certidão dando a certeza que ele pagou o mês todo, do que guardar aquele emaranhado de contas, perder e extraviar. Mas a lei, ela traz também Deputada Graça Paz, as sanções administrativas e é aí que eu quero me remeter, em um outro assunto, que é importante que é a necessidade Senhor Presidente, de criarmos aqui uma Comissão Temporária Especial para trabalhar em favor da efetividade do cumprimento das leis aqui produzidas, da mesma forma como fiz na Câmara Municipal. De nada adianta fazermos leis aqui, importantes como a de V. Exa. por exemplo, que obriga os supermercados a contratar empacotador e de repente chegarmos no supermercado Bom Preço da vida e termos que empacotar aquele produto que nós compramos, por quê? Porque as autoridades não estão preocupadas em fazer com que a lei seja cumprida, porque ela traz no bojo sanções administrativas, e quem aplica as sanções administrativas? É a autoridade, mas se ela não aplica as sanções administrativas, o empresário não tem interesse em cumprir aquela norma jurídica, mas nós podemos aqui, através dessa Comissão, que eu estou propondo Senhor Presidente, eu sou o 3º Secretário desta Casa e como 3º Secretário não tenho função e quero me dedicar a esta

causa com mais cinco companheiros Deputados, para nós trabalharmos em favor do cumprimento das leis auxiliando o Ministério Público. Porque aqui já foram cumpridas, já foram construídas leis extraordinárias, leis que mudam para melhor a vida do cidadão, mas elas estão dormindo em Berço Esplêndido, estão estacionadas no Diário Oficial e não produzem nenhum efeito na vida das pessoas. Eu fiz esse trabalho na Câmara e deu certo, deu resultado, porque como nós sabemos, nós que somos os construtores da lei, nós sabemos que toda lei traz o caráter de bilateralidade. Num momento, ela atribui deveres e obrigações. Duvido aqui, alguém me mostrar uma lei que atribui deveres e obrigações que não é prontamente cumprida! Toda lei que atribui deveres e obrigações aos cidadãos é rigorosamente cumprida, Deputado Reginaldo Nunes. Se V.Exa. não pagar o IPVA do seu carro, que está sendo muito falado aqui, se V.Exas. não pagarem o IPTU de suas casas, V.Exas. são punidas, qualquer cidadão que deixar de cumprir uma lei que lhe atribui dever e obrigação é imediatamente penalizado. Se cada um de nós, não pagarmos o nosso IPTU somos inscritos na dívida ativa, se não pagarmos o IPVA tomam o nosso carro, se não pagarmos as multas de trânsito tomam os nossos carros; essas leis, essas são cumpridas, mas a lei que diz que o empresário tem que contratar o empacotador, todo mundo faz vista grossa, fecha os olhos Deputada Graça, porque essas beneficiam o povo. A lei que eu fiz aqui, que nós fizemos que proíbe o transporte pau-de-arara, no Maranhão, ninguém vai ter interesse de fazer com que ela seja cumprida, Deputada Janice, porque ela beneficia o cidadão humilde, ela beneficia o cidadão pobre, milhares de operários, senhores da galeria, milhares de operários, Deputado João Evangelista, que antes iam para um canteiro de obra num pau-de-arara, aqui mesmo em São Luís, a LIMPEL, a LIMPETEL e essas empresas que, ao invés de contratar ônibus ou vans para levar os pobres operários para o canteiro de obra, levavam em pau-de-arara, caminhão modificado e transformado com um banco de madeira de onde o cidadão vai agarrado como uma arara para o canteiro de obra. Nós que fizemos o Projeto de Lei, aqui Deputada Graça, proibindo o transporte de pau-de-arara em resgate a decência humana, a dignidade humana. Até agora, nenhuma autoridade está no trânsito para punir o dono de pau-de-arara. Algumas empresas já estão cumprindo a lei, porque é pública. É notório quando você vê seis horas da manhã, os caminhões pau-de-arara cobertos com uma lona e o banco de madeira e o operário sendo sacudido no caminhão para lá e para cá para chegar num canteiro de obra. Nós fizemos aqui, por iniciativa minha, a lei proibindo o pau-de-arara, não vi ainda nenhum guarda de trânsito, nenhuma autoridade preocupada em punir o pau-de-arara que circula na capital. Deputado Luiz Pedro, porque a lei esta sim, traz no caráter de sua bilateralidade, o benefício, o direito, a garantia, o resgate a decência do homem e nós é que temos que fazer esse trabalho porque o Ministério Público não tem estrutura para isso. Então, estou propondo aqui uma comissão Deputado João Evangelista, Especial de cinco Deputados para irmos ao Hiper Bom Preço, nesses supermercados da vida, fazer com que a lei da Deputada Graça Paz, a lei aqui construída por este Parlamento seja respeitada ou de nada valerá a pena existir o Parlamento neste País, para quê? Para pagar o salário dos Deputados e nós ficarmos aqui discutindo, nos mostrando para o mundo, como agora nós estamos nos mostrando para o mundo, talvez seja até motivado por essa razão que agora eu estou falando para o mundo inteiro e o mundo inteiro está sabendo que eu fiz a lei que proíbe o pau-de-arara no estado do Maranhão. E agora nós vamos à luta, vamos sair aqui por esta comissão e visitar a TELEMAR da vida, que cobra duas vezes o cidadão, porque o cidadão não tem mais o comprovante para comprovar que ele já pagou a conta e se quiser sair do SPC, do SERASA tem que pagar de novo. Então, essa gente, essa elite é que está acabando com a dignidade do cidadão porque as leis que construímos aqui ninguém se interessa. Fiz esse trabalho na Câmara Municipal e deu resultado e vai dar aqui Deputado, porque a minha assessoria já está levantando Deputada Telma Pinheiro, algumas leis que são fantásticas que se forem cumpridas mudará para melhor

substancialmente a vida das pessoas, como por exemplo, nós batalhamos para que a Lei de Muros e Calçadas do município fosse cumprida, o Dr. Jackson Lago, já como efeito do nosso trabalho, espalhou outdoors na cidade divulgando a lei e outras leis, foi feita uma campanha de publicidade e muita coisa tem feita; outras leis que proíbem a venda de bebida alcoólica a menores de 18 anos, tudo isso foi feito. Aqui estamos levantando e vou trazer nas próximas sessões o levantamento umas cem leis que estão no Diário Oficial do Estado estacionadas que podem mudar a vida das pessoas se elas forem efetivamente cumpridas e respeitadas. Então, foi isso que me motivou a vir à tribuna para dizer que vamos ingressar com este Projeto de Lei na próxima sessão, que vai obrigar as empresas CAEMA, CEMAR e as de telefonia a darem certidão, a cada ano, aos cidadãos para que eles possam ter o documento da empresa, porque a gente que constrói, eu tenho por norte Deputado Bacelar, quando eu tomo uma iniciativa de construir uma lei, muita das vezes eu passei, eu fui vítima daquilo, porque a minha origem é da base, então, o que eu sofri na pele milhares de pessoas sofre também, e são enganadas, ludibriadas, são roubadas muitas das vezes pelo bacana que está nos Estados Unidos, na Itália, enriquecendo, engrossando o patrimônio, exatamente à custa do sacrifício do povo pobre do Nordeste. Eu fui vítima porque na Amazônia Celular, eu paguei uma conta de seiscentos reais, passado três anos, a Amazônia me cobrou novamente a conta e eu não tinha mais o comprovante para dizer, eu paguei, e tive que pagar de novo, Deputado, se quisesse limpar o meu nome do SERASA tive que pagar de novo, Deputado Julião. Isso é uma estratégia que está sendo usada pela CEMAR, é usada pela CAEMA, é usada pela Amazônia Celular, é usada pela TELEMAR, inclusive por algumas instituições de Ensino Superior do Maranhão que já estão aplicando o mesmo golpe. Passa o tempo, eles te cobram uma dívida que você não pode mais provar que pagou porque perdeu o documento. Se tiver o documento, entrega o documento, está aqui, eu paguei. E se você não guardou o documento, não tem como comprovar, paga de novo. Então, nós vamos fazer essa norma jurídica para obrigar essas empresas a emitirem certidões negativas para que o cidadão possa cada ano ter uma certidão negativa para a garantia de que aquela dívida foi paga, ele não tem dívida com a empresa. Então, nós fizemos um estudo, está sendo submetida a este plenário, na próxima semana, espero contar com o apoio dos meus pares e da mesma forma contar com o apoio dos meus colegas para que nós possamos fazer esse trabalho em defesa do cumprimento das nossas leis que estão em efetividade.

O SENHOR DEPUTADO JOSÉ LIMA – Deputado Alberto me permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO ALBERTO FRANCO - Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Lima.

O SENHOR DEPUTADO JOSÉ LIMA (aparte) - Obrigado Deputado. Eu acho muito importante a Comissão que V. Exa. quer montar na Assembléia a nível de acompanhar e fiscalizar as leis realizadas e aprovadas nesta Casa. Mas, tem também o Conselho de acompanhamento, que regula os serviços públicos que hoje já foi criado em vários Estados, que serve também de apoio à população que precisa reivindicar os seus direitos. Eu percebo que foi criado, aqui no Maranhão, no Governo do Estado, mas ainda está inoperante, está com o funcionamento precário decorrente talvez da falta de recursos, da crise econômica, mas a agência que regula os serviços públicos, que é um direito que o cidadão deve ter para poder reivindicar, nós estamos sofrendo isso em vários sistemas. No sistema como V. Exa. já colocou, no sistema de telefonia, nos sistemas elétricos, no sistema da questão da água e outras que nós precisamos reivindicar; serviços públicos e privados, essa agência precisa ser melhorada a sua infra-estrutura e também de pessoal, aqui eu coloco também para que o nosso Presidente João Evangelista possa reivindicar ao Governador José Reinaldo que

fortaleça essa agência para que o povo maranhense tenha como reivindicar os seus direitos. Obrigado.

O SENHOR DEPUTADO ALBERTO FRANCO - Quero incorporar as palavras do Deputado Lima ao meu pronunciamento. E dizer que, neste trabalho, que com certeza iniciaremos, na próxima semana, esta Comissão que irá fazer o levantamento dessas leis. Essas leis interessantes, legítimas, eu tenho absoluta certeza que vou poder contar com apoio do Presidente desta Casa, com a estrutura necessária para que possamos, ao levantar as leis, também fazer com que as sanções administrativas que estão lá no bojo delas, sejam cumpridas. Porque eu aprendi na vida que uma norma jurídica que não traz no seu bojo uma sanção, ela não é respeitada, porque ela tem o caráter também de coercitividade é exatamente para isso, para que as sanções sejam aplicadas. Como nós não podemos aplicar sanções das áreas jurídicas, penais, mas as administrativas podemos. Podemos pedir que o Governador, por exemplo, mande um técnico da Secretaria da Fazenda fiscalizar o supermercado Hiper Bom Preço que humilha os seus consumidores, os seus fregueses quando tem que o próprio freguês empacotar a sua mercadoria. A lei da Deputada Graça Paz que teve nosso apoio, que é do Parlamento, que diz que no caso do descumprimento da lei o estabelecimento está sujeito às penalidades administrativas, mas como ninguém tem interesse de aplicar as penalidades administrativas o empresário lá não cumpre a lei e quem paga é o cidadão. Vamos reverter esse quadro, vamos com o apoio do Presidente, com o apoio da Mesa Diretora, com o apoio dos Deputados e do Governador José Reinaldo Tavares, vamos levantar essas leis e vamos fazer com que elas sejam cumpridas para mudar para melhor a vida de todos nós maranhenses. Muito obrigado Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Com a palavra a Deputada Telma Pinheiro ainda pelo Bloco Parlamentar Progressista.

A SENHORA DEPUTADA TELMA PINHEIRO (sem revisão da oradora)- A honra e a glória sejam dadas ao nosso Deus. Senhor Presidente João Evangelista e demais Deputadas e Deputados que compõem esta Mesa Diretora. Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores e Senhoras da imprensa, Senhores da galeria, povo do Maranhão, serventuários desta Casa os meus cumprimentos e a minha saudação inicial nesta 3ª Sessão da 15ª Legislatura deste Parlamento. Nós queremos saudar o Maranhão, saudar o Maranhão Deputado e Presidente João Evangelista, porque o Maranhão venceu, venceu a democracia, venceu a justiça, venceram todos aqueles, homens e mulheres, imbuídos em fazer um Maranhão justo, um Maranhão desenvolvido, um Maranhão próspero. Nesta última eleição desta Casa Senhor Presidente, na qual V.Exa. assume com galhardia esta função e missão, traz para nós uma experiência de que os lutadores, os homens bravos, as mulheres que têm compromisso com o povo, que tem visão de bem-estar, que tem a excelência de saber fazer e manter a sua postura, de dignidade, de propósitos é que nos faz, nesta manhã, como início do meu discurso, parabenizar o Maranhão pela vitória que tivemos nesta Casa. Nós sabemos que além das virtudes de V. Exa. e dos demais que compõem a Mesa, homem probo, honesto, fiel, companheiro e líder, a sua própria experiência na sua trajetória política e pública somarão para abrilhantar a gestão democrática que se instalou aqui, nesta Casa, a partir do último dia 15. E quero, nesta hora, dizer ao Maranhão, ao povo do Maranhão, que esta Casa é a Casa do Povo. Vós todos que estais na galeria saibam que esta Casa é uma Casa democrática, que é uma Casa onde o povo tem vez e voz, porque aqui estão representantes natos de um povo sofrido, de um povo que tem estado de certa forma sob a égide de muitas administrações sem compromisso com as famílias maranhenses, mas aqui está uma representação de todos vós que com certeza sob administração que hora se assenta nesta Casa trará

benefícios para todo cenário do nosso Estado e para as famílias maranhenses. Eu quero Presidente, em uma rápida apresentação, dizer a V.Exa. e ao nosso povo que a implantação das novas medidas que V.Exa. implantou, com a internacionalização deste Parlamento, Parlamento transparente, Parlamento que tem compromisso com o bem-estar de todo Maranhão, é uma demonstração cabal de V.Exa. com o desenvolvimento, com a vontade de fazer um Maranhão mais avançado, mais progressista. E quero dizer Senhor Presidente, que nesses últimos dias nós estamos no mundo, esta Casa está sendo vista em todos os lares que estão ligados com a internet, em todo Maranhão se houve falar desta novidade. Ali nos lugares mais longínquos do Maranhão, onde já existe internet, recebemos notícias que alguém tem nos visto, Deputado Pavão Filho, ontem eu disse Deputado, em um telefonema, eu lhe vi lá no Plenário, eu vi fulano de tal. Isso Deputado João Evangelista, é uma das maiores conquistas deste Parlamento nesse início imediato do seu governo. Isso demonstra que V.Exa. no primeiro dia já trouxe para nós um avanço na área de informática que teremos esta legislatura de vitórias, de grandes debates, de grandes encaminhamentos e eu quero lhe dizer Presidente, que ontem quando um jovem de 17 anos ligou para mim lá da distante cidade de Maracaçumé, ele dizia: “Deputada, eu estou assim sentindo uma emoção de estar como se estivesse dentro do Parlamento, de estar aí na Assembléia”. O povo do Maranhão está de parabéns. O Maranhão venceu, venceu porque a Assembléia Legislativa está dentro da Casa do povo hoje, do jovem ao adulto, sabe que não estamos aqui só para fazer número, nós estamos aqui Deputada Helena para debater a problemática do Maranhão, para enfrentar os desafios muitas vezes dizendo a verdade que dói ao governo e muitas vezes sendo parceiros de um governo como o Governador José Reinaldo que tem compromisso com o Povo, que tem vontade de fazer melhor pelo Maranhão. Por isso Deputado, parabéns, o Maranhão venceu. O Maranhão venceu com a ascensão desta nova Mesa porque aqui temos um Presidente que disse e que está agindo assim, que é um Presidente de 42 deputados Presidentes. V.Exa. quando disse esta frase demonstrou ao Maranhão que V.Exa. tem o poder, não pelo poder, mas tem o poder como instrumento para desenvolvimento de um povo, isto que V. Exa. quis dizer. É verdadeiramente um Parlamento livre porque V. Exa. está instalando nesta Casa uma forma nova de administrar o poder. Com sua humildade, com sua probidade e com sua experiência política na trajetória pública de vossa vida, eu tenho certeza que o Maranhão foi enriquecido com um Parlamento novo, Deputada Graça Paz. Porque estamos motivados, os 42 deputados estão motivados Deputado Geovane, estamos motivados a apresentar propostas, a trazer idéias, a participar deste Poder. Estamos motivados porque temos um Governador cheio de bons propósitos, de grandes intenções. Estamos motivados Deputado Carlos Braide, porque aliados a um governo que, com maturidade política enfrenta um rompimento cultural historicamente existente, ele rompe com uma aliança política que faz história neste Maranhão e com maturidade o Governador José Reinaldo une-se àqueles que querem levar o Maranhão, conduzir o Maranhão ao desenvolvimento pleno. O Governador José Reinaldo no seu exemplo de humildade, ele traz ao cenário do Maranhão, uma aliança com os prefeitos, Deputado Reginaldo Nunes, uma aliança real com os prefeitos, a começar com o prefeito da Capital, com o nosso Prefeito, e quem ganha com esta aliança é o povo do Maranhão. Porque é uma aliança institucional, é uma aliança política, mas também é uma aliança de trabalho, de desenvolvimento. Hoje quando assistimos ao povo de São Luís aceitar esta união institucional entre Governo do Estado e Governo Municipal em prol, em benefício do povo, o povo está satisfeito sim, porque as obras serão racionalizadas, o uso dos recursos públicos será dirigido de uma maneira plena para a construção de novas cidades, de novas ruas, de novos sistemas. Então, estamos de parabéns Deputado João Evangelista. E eu quero nesta hora dizer ao povo do Maranhão que nós começamos muito bem Deputado Domingos Dutra, começamos bem porque aqui estamos nós, embora com as várias matizes partidárias,

Deputada Janice Braide, mas nós estamos unidos em um bloco único em prol do bem-estar do nosso povo. Divergências são naturais. Nós temos idéias diferentes, cabeças diferentes, mas nós neste momento imbuídos pelo propósito desta nova Mesa, nós estamos motivados a trazer contribuições decisivas Deputado Chico Gomes, para a melhoria da qualidade de vida do povo maranhense. Índice de Desenvolvimento Humano, vamos procurar adotar e apresentar projetos que venham tirar o Maranhão desta linha de pobreza, nós que somos deputados, nós que representamos os seguimentos sociais do nosso Maranhão, vamos contribuir com o Governo do Estado, com a crítica sim, mas críticas construtivas que com certeza deverão vir de um Deputado da estirpe do Chico Gomes, homem probo, homem experiente. Críticas virão da oposição sim, mas duras críticas feitas à base não de emoções políticas, mas críticas feitas à base alicerçadas em dados reais que possam trazer contribuição para o Governo do Estado. Aliás, isso deverá ser a matiz da nossa atuação nesta Casa.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL – Deputada me permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA TELMA PINHEIRO - Pois não Deputado Joaquim Haickel.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL (aparte) - Deputada Telma, eu quero me congratular com V.Exa., mas quero fazer uma declaração muito importante. Às vezes, os Deputados que fazem parte da Mesa Diretora em alguma legislatura, eles se obscurecem no exercício do mandato da Mesa; de Presidente, Vice-Presidente, de Secretário, e eu estou vendo V.Exa. aqui com essa fleuma maravilhosa, enfim, é bom que tenhamos de volta a grande Deputada Telma Pinheiro, agora não mais Primeira Vice-Presidente da Casa, mas uma Deputada...

A SENHORA DEPUTADA TELMA PINHEIRO - Baixo clero

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL - Não, muito pelo contrário, do altíssimo clero. Mesmo V.Exa. que é pastora, que é irmã, então, eu fico muito feliz porque eu estou me sentindo novamente Deputado, porque antes eu era só Primeiro Secretário, e parece que o cargo de Membro da Mesa diminui o mandato parlamentar, mas eu fico muito feliz de ver V.Exa. com sua fleuma na tribuna vendo novamente esse mandato brotar com todo esse entusiasmo. Antes a Mesa talvez tenha esmaecido um pouco o brilho de V.Exa., mas é um grande prazer de tê-la de volta a esta Casa.

A SENHORA DEPUTADA TELMA PINHEIRO - Obrigada pela suas palavras Deputado Joaquim Haickel, e eu quero dizer, é a motivação do novo, é a motivação criada, gerada pelo propósito que esta Casa se impõe e se coloca em fazer uma administração democrática clara, transparente e que, com certeza, o Deputado João Evangelista dando a sua contribuição pessoal, pública e institucional a esta Casa, traz esse sentimento do novo, do incentivo maior do amor às causas, e embora, na gestão anterior, eu não tenha tido tanta atuação nesta tribuna, mas eu não perdi, em nenhum momento, Deputado Joaquim Haickel, a vontade de estar junto ao meu povo, junto à população do Maranhão e encaminhando os procedimentos e as reivindicações desse povo, embora aqui não tenha aparecido, mas lá na base a Deputada Telma Pinheiro exerceu com galhardia e na plenitude do cargo de Deputada, eu resolvi e encaminhei, em muitas questões do povo do Maranhão. Mas continuando e concluindo Deputado Evangelista, esta motivação que nos traz à tribuna e que nos faz reconduzir a nossa atuação como deputados, ela traz ao Maranhão um benefício muito grande, porque a partir desse momento, esta Casa, sendo aberta ao povo de maneira plena, transparente e total, nós temos, com certeza agora, o povo como assessores natos da nossa própria atuação. Quantos virão contribuir conosco porque estarão em linha direta com esta Casa via

internet, através do site trazendo para nós denúncias quem sabe até dizendo para nós como é que está a sua região, o seu município, é isso que trará de novo essa relação entre esta Casa Deputado e o povo. O povo terá acessibilidade a nós. Muitas vezes não podem estar fisicamente aqui, mas terão esse acesso, através da nossa grande via de comunicação que é a internet. E dizer, nesta hora, a esta Casa que nós encaminhamos um requerimento solicitando à Mesa que nós criássemos uma Comissão Especial, Deputado Alberto Franco, para fazer uma revisão e uma atualização da nossa Constituição Estadual. A nossa Constituição Estadual está defasada, porque com a Magna Constituição de 88 já revisada em vários aspectos com centenas de emendas, já em vigor, a nossa Constituição Estadual que não acompanhou esta atualização, está muito defasada e nós pedimos, fizemos Requerimento à Mesa para que fosse criada esta comissão. Não lido o documento, por que já era pensamento do nosso Presidente João Evangelista, estabelecer quando das comissões técnicas dentro da Comissão de Constituição e Justiça, V.Exa. já numa visão progressista já tinha no projeto pessoal e no projeto desta Casa a intenção de um dos primeiros trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça é fazer esta atualização e reforma da Constituição Estadual. Por isto, eu pedi a retirada do meu requerimento no sentido de deixar V.Exa. governar e estabelecer seu projeto, aqui dentro de maneira livre, principalmente porque esse projeto eu aprovo e estou plenamente de acordo com a proposta de V.Exa. Quero também esta hora, dizer aos senhores, que a proposta que fizemos de um Fórum Político, nesta Casa, é exatamente porque esta Casa tem a sua essência política, e a reforma política que está sendo desenhada na Câmara Federal e no Congresso Nacional, é uma reforma política polêmica com pontos muitos questionáveis. Um dos pontos deste são as listas de nomes dos políticos por partido. Outra grande questão polêmica, são os financiamentos das Campanhas. Outra grande questão polêmica, são votos digitais. Então, esta Casa com certeza Presidente João Evangelista terá muito a contribuir no projeto de reforma política que se institui e se estabelece no nosso país. E nós iremos na oportunidade debater com figuras expoentes do Senado Nacional, que estão desenhando essa nova tessitura política para o Brasil, e nós estaremos contribuindo, dizendo, da nossa parte, o que poderemos, Deputado Antônio Pereira, dá para melhorar o projeto político do país. Portanto, nós apresentamos a proposta, foi aprovada e estamos conclamando aos nossos Deputados para juntos nós podermos fazer o Maranhão do povo, o Maranhão próspero e o Governador José Reinaldo Tavares, que com a sua proposta maior de desenvolvimento do Estado está com certeza alinhado a esta Casa para nos dar a tranquilidade de um Maranhão que vai viver sobre a égide da paz, do desenvolvimento e do trabalho. Quero dizer também.

O SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO BACELAR - Deputada, permita-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA TELMA PINHEIRO - Pois não Deputado Antonio Bacelar, é uma honra tê-lo como aparteante.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Deputado Rubens Pereira, lhe convido a assumir a Presidência da Mesa.

O SENHOR DEPUTADO ANTONIO BACELAR (sem revisão do orador) - Deputada Telma Pinheiro, V.Exa. traz, nesta manhã, um pronunciamento que serve de momento de reflexão para todos nós e também nos dá, nos encoraja a trabalhar mais com esse novo tempo porque passa o nosso Estado. Quero lhe parabenizar, me associar às palavras de V.Exa. e dizer que V.Exa. está no caminho certo. Nós não podemos mais ficar de braços cruzados diante das necessidades, das dificuldades que passa o Estado e o povo maranhense. Parabéns! Quero felicitar-me com V.Exa. por esse brilhante pronunciamento que traz a todos nós nessa manhã.

A SENHORA DEPUTADA TELMA PINHEIRO – Obrigado Deputado. Quero solicitar a taquigrafia desta Casa e à Mesa, que inclua no nosso discurso o aparte tão rico de V. Exa. Mas continuando, eu gostaria de dizer ao Deputado Pavão Filho, que a excelência de vossa propositura, em conceder esta medalha, este mérito, esta outorga ao Prefeito Tadeu Palácio tem a minha total solidariedade e gostaria de dizer a V.Exa. que gostaria de participar, de assinar também esse mérito concedido por V.Exa. ao Prefeito Tadeu Palácio, por tudo que ele é como homem, como pai, como esposo, como gestor público e principalmente, pelo o que ele será como um homem que poderá servir muito mais ao Maranhão no futuro. E eu quero dizer a V.Exa. que eu me congratulo com a iniciativa, porque o Tadeu Palácio tem feito São Luís uma capital exemplo para as capitais de nosso país, e ele tem tratado as coisas públicas com respeito, com competência, com tolerância pública e principalmente, ele tem dado oportunidade ao povo do Maranhão para fazer da sua vida, uma vida de expectativas novas. Portanto, eu gostaria de agradecer a oportunidade e dizer aos deputados: vamos a luta, vamos trazer benefícios para o Maranhão, o povo espera de nós não brigas, não questiúnculas. O povo não quer mais que nós percamos tempo com briguinhas, com historinhas, mas o povo quer de nós homens bravos, mulheres guerreiras, homens que dêem exemplo de luta, de denodo, de probidade e de propostas. O nosso Presidente, ele pediu que apresentássemos propostas para ele incluir, para ele enriquecer à sua gestão nesta Casa, vamos apresentar propostas administrativas, propostas políticas para esta Casa e também para o povo do Maranhão. Vamos discutir educação de frente, vamos às bases. E concluindo Deputado João Evangelista, eu quero lhe dizer: o Parlamento participativo que V.Exa. está instituindo, que se inicia dia 19, sábado, em Zé Doca, é mais uma demonstração das profícuas propostas que estarão sendo executadas nesta Casa. O povo da periferia de São Luís, ontem, em uma visita rápida, eles estavam dizendo que parece que agora vai. E podemos dizer: agora vai. O Maranhão venceu e continuará vencendo, porque há um Parlamento comprometido com desenvolvimento do povo do Maranhão, há um governo comprometido com o povo do Maranhão, há um governo comprometido com o povo do Maranhão, há um povo que tem governo, há um povo que tem Parlamento. Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - A Mesa agradece a manifestação de apoio as medidas tomadas aqui da Deputada Telma em relação aos trabalhos dessa Casa. Mas, nós queremos comunicar a todas as Deputadas e Deputados que também já determinamos aos assessores dessa administração que é desejo nosso o mais rápido possível fazer a digitalização das leis, para que o Parlamentar tenha no seu gabinete e em seu computador as leis; as leis de 1961 até a presente data. E vamos criar também uma Comissão, inclusive eu quero aqui, como eu disse; nós queremos sugestões e idéias. Eu queria citar aqui, a sugestão que o Deputado Aderson em uma conversa comigo nos dava, muitas das vezes têm leis de 1960, que não têm mais vida útil do ponto de vista da aplicabilidade delas para a sociedade, e ficam leis sobre leis. Vamos fazer um enxugamento, e com a digitalização nós vamos poder no gabinete, seja um projeto de iniciativa do parlamentar ou do Executivo, muitas das vezes chega uma matéria aqui que altera a lei número tal de 1968, parágrafo y e tal, e o deputado não é obrigado a ser um profundo conhecedor das leis, muitas das vezes a sua assessoria também não chega com esta informação precisa. No momento que a lei esta digitalizada, nós vamos poder no gabinete ver exatamente aquela alteração em tempo real para que o debate fique mais enriquecido. Com a palavra o Deputado Aderson Lago.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO - Senhor Presidente, é apenas para complementar, preferi fazer logo, porque a gente vai ficando velho e vai ficando esquecido. É a respeito dessa digitalização das leis, que V.Exa. também disponibilizasse, no plenário,

um terminal onde o Deputado, às vezes, numa discussão precisa consultar, e aí tenha um terminal aqui no plenário, para que a gente possa fazer consultar à essas leis. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Eu espero que a nossa assessoria esteja ligada no seu gabinete, ao seu computador e esteja acompanhando a sessão em tempo real. E daqui já sai determinação deste Presidente, desta Mesa, que queremos, quem sabe na próxima sessão já termos este terminal, como sugeriu o Deputado Aderson Lago. É este Parlamento que nós queremos, nós não vamos aqui implantar modelo nosso, nós vamos implantar o modelo dos parlamentares, com idéias e sugestões. E quero dizer mais: nós aqui somos seres humanos, somos passivos de erros e queremos acertar, mas aceitamos as críticas construtivas, observação para a gente faça realmente faça o melhor pelo Maranhão.

A SENHORA DEPUTADA TELMA PINHEIRO - Presidente, uma Questão de Ordem.

OS ENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Com a palavra a Deputada Telma Pinheiro.

A SENHORA DEPUTADA TELMA PINHEIRO (sem revisão da oradora) - Gostaria de informar a V.Exa., e esta Casa um projeto de minha autoria, um Decreto Legislativo solicitando a criação do Ementário de Leis desta Casa. Houve um período de pesquisa nesta Casa e nós descobrimos que toda documentação oriunda, desde o momento que esta Casa foi instalada, até atuais dias, se encontrava desperdiçada, mal guardada, documentos esses preciosos para a história do Maranhão. Então, nós solicitamos e foi aprovado por esta Casa, o Ementário de eis, que solicita, na sua essência, a digitalização dessas leis com acompanhamento por uma pessoa que tenha conhecimento de acervo bibliográfico legislativo. Então V.Exa., já tem para colocar em prática esta idéia, já tem o arcabouço institucional desta Casa, para inclusive tomar as medidas administrativas necessárias à contratação de uma pessoa que tenha experiência nessa área. Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - O Bloco Parlamentar de Oposição, tem 10 minutos o líder me informou que os primeiros cinco minutos seria para o Deputado Rubem Brito e os cinco minutos restante para a Deputada Graça Paz. Foi a orientação do líder à Mesa.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, senhores da imprensa e os internautas que assistem à esta Sessão Ordinária da nossa Assembléia. Venho a esta tribuna, no espaço da liderança do nosso bloco, o Bloco de Oposição constituído aqui nesta Casa pelos parlamentares do PDT e pelos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, já expressar, em poucos minutos, a posição majoritária do nosso partido do PDT, que acreditamos também ser a postura estratégica do Partido dos Trabalhadores (PT), nosso aliado parlamentar nesta Casa. Em poucos minutos porque o líder do Bloco, o Deputado Luiz Pedro, haverá de usar esta tribuna por 30 minutos na próxima sessão desta Casa para tratar estas questões com maior profundidade. Acho que já perdemos muito tempo, Senhor Presidente, no início dos trabalhos, nesta Casa, com questões adjetivas; com a história dos reis e dos líderes. É tempo senhor, senhores e senhoras de colocar o ator.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Deputado permita aqui interrompê-lo. Eu convido o Primeiro Vice-Presidente a assumir os trabalhos, porque se encontra na Casa em visita oficial o Cônsul do Japão, que esta aí e preciso recebê-lo.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO – Certamente, já foi fruto de ele ter nos assistido pela Internet lá no Japão, o Imperador Hiroito e já recebemos a visita do Cônsul. Vejam senhores, precisamos passar da história dos reis para colocar na cena o ator que faz a história e que faz a diferença, e da onde emana o nosso poder, que é o povo. Chega da história dos reis nessa Casa. Por isso até Deputado Aderson Lago, vou propor uma emenda ao seu Projeto de Resolução, ao invés de substituir a frase de um poeta por outra frase de outro poeta, é preciso que lá esteja escrito na Constituição, naquele painel, é o artigo primeiro da Constituição Federal, que nos lembre que todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido para que toda vez nós lembremos aqui da fonte do nosso poder, e não estejamos aqui gastando tempo com questões adjetivas. É prática de todo início de Sessão Legislativa ou do período legislativo os chefes dos Executivos comparecerem ao Legislativo para prestarem contas do seu governo, mas também para anunciarem as medidas que tomaram naquele período Legislativo. E na segunda-feira tivemos aqui o Doutor José Reinaldo Tavares, que fez uma prestação de contas, que se colocou aqui como inaugurador de uma nova era. Olhem que era um tempo muito longo para a história do homem. Concluirei já porque preciso passar aqui a metade do meu tempo para a Deputada Graça Paz. Mas, o Governador colocou para os Deputados apenas um resumo das suas medidas do seu governo para o período de 2005, e coloca de novo a siderúrgica, senhores, como um desejo do povo do Maranhão, aqui é que nós do PDT queremos trazer isso a discussão. Dizer que o povo do Maranhão quer desenvolvimento, quer empregos. Deputada Graça Paz, que contribui para geração de empregos com o seu Projeto de Lei dos empacotadores de supermercados. O povo quer emprego, o povo quer desenvolvimento, mas não o desenvolvimento contra os interesses nacionais, não o desenvolvimento agredindo o meio ambiente e destruindo o meio ambiente, e privando as futuras gerações dos recursos naturais advindos e proporcionados pelo meio ambiente. O PDT não advoga esse modelo de desenvolvimento para a Ilha de São Luís e nem para o Maranhão. Aliás, foi fruto da campanha e dos discursos do PDT em praças públicas, a defesa da indústria limpa para a Ilha de São Luís; o PDT não advoga benefícios fiscais, dinheiro público para o capital multinacional. Estes não são os princípios da PDT. Vou ficar por aqui Senhores e Senhoras Deputadas, só para uma pequena demonstração de que o que vai nos dividir, aliás continuar a dividindo neste plenário, são os nossos princípios estratégicos. Não o rei do mar e nem qualquer outro rei que possa assumir a coroa temporariamente. Muito obrigado senhores e senhoras.

A SENHORA DEPUTADA GRAÇA PAZ - Deputado Rubem, eu comuniquei ao líder que eu gostaria de ter cinco minutos, mas eu não sabia que V.Exa. já tinha pedido antes de mim, mas pode fazer uso dos dois minutos e meio porque eu declino.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO – Muito obrigado Deputada. De forma senhores e senhoras que o que vai fazer a diferença nesta Casa com relação ao nosso posicionamento é ou são essas questões de força. Nós não advogamos para São Luís e nem para o Maranhão um modelo econômico excludente. Fala-se tanto na privatização do Banco do Estado do Maranhão, aliás o próprio Senhor Governador publicamente ano passado, aqui fez duras críticas ao processo de privatização. Ele até declarou na imprensa, se não me falhe a memória, ao Jornal O Imparcial, que ficou frustrado com o valor do ágio pago pelo BRADESCO na compra do Banco do Estado do Maranhão.

O SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO BACELAR - Deputado, conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO – Infelizmente, o tempo da oposição nesta Casa ainda é pequeno, não poderei lhe

conceder um aparte, porque meu tempo acaba de terminar. De forma Senhor Presidente, que está aqui nesta Casa, um veto do Senhor Governador a um Projeto de Lei de autoria de um Deputado do PDT, que obriga o Estado a cumprir um preceito constitucional de depositar a sua disponibilidade financeira em bancos oficiais, isso é o que determina a Constituição Federal e a Constituição Estadual. No entanto, o Senhor Governador que critica o processo de privatização, que fica frustrado com a compra do Banco do Estado a preço vil. O Governador vota esse Projeto de Lei, e diz que não é do interesse público depositar disponibilidade financeira do Estado em bancos oficiais. É aqui nesta Casa que nós vamos verificar quem na prática defende o interesse público de fato, de verdade e não adjetivamente, e não de forma cosmética. É aqui que essas diferenças virão a público, e graças a Deus, graças à modernidade, senhores e senhoras, através agora da Internet e quiçá daqui a pouco, através da televisão. E o povo do Maranhão que não esqueça aqueles que, apesar de não estar escrito lá atrás, apesar de estar só na Constituição, estará lá como a nos lembrar: "Todo poder emana do povo e o seu nome deve ser exercido." Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE RUBENS PEREIRA- Partido da Frente Liberal. Com a palavra o Senhor Deputado Max Barros, por dez minutos.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, imprensa e galeria. No início dessa nova etapa do Legislativo, em primeiro lugar, eu queria parabenizar a Mesa que foi eleita nesta Casa para dirigir os trabalhos, parabenizar todos os membros da Mesa, o Presidente João Evangelista, e desejar a eles que eles façam realmente um bom trabalho nessa Legislatura. Como todos sabem inclusive os membros da Mesa, eu não votei nos componentes dessa Mesa, e não votei por motivos óbvios, porque no meu entendimento, os candidatos que compuseram essa chapa, eram patrocinados pelo governo do Estado, e o governo do Estado usou a máquina indevidamente no processo eletivo da Assembléia, sem nenhum demérito para o Presidente da Casa nem para os membros da mesa, mas eu defendi a independência desse Poder, e que o candidato deveria sair pela decisão dos Deputados dessa Casa e entendia que a candidatura do Deputado João Evangelista representava mais do que a vontade dessa Casa, a vontade do Governo do Estado, e por isso eu votei e mantive minha posição; eu votei em branco, em protesto contra essa intromissão indevida do Governo do Estado. E quero até louvar o ato do Deputado João Evangelista, que mesmo com a eleição praticamente ganha, procurou quase todos os deputados, inclusive a mim, colocando a sua proposta para administrar esta Casa e pedindo o meu voto, uma demonstração de humildade e até de coerência, e eu com respeito ao Deputado João Evangelista e louvando o seu gesto disse que não poderia votar nele, porque achava que a sua eleição representava a intromissão do Poder Executivo nesta Casa. Um governo que eu não posso apoiar porque é um governo moralmente comprometido, é um governo que eu aceito que as pessoas mudem de opinião, esse processo é um processo democrático, ninguém tem que ter a mesma visão o tempo todo, os fatos, a história faz com que as pessoas possam mudar de opinião. Mas, um governo que se elegeu baseado no governo de sua antecessora, nas realizações do governo de sua antecessora e se elegeu o Governador José Reinaldo e todos os palanques na campanha eleitoral elogiando a Roseana Sarney, que queria fazer a continuidade do seu governo e para o espanto de todos nós, ele poderia até mudar de opinião, ele pode ter o candidato que ele quiser ao governo, pode dar ao governo o rumo que ele quiser, mas criticar o governo de maneira torpe, o governo em que ele foi duas vezes Vice-Governador e que ele foi Secretário de Infra-Estrutura e que ele participou efetivamente do governo, ele criticar o governo do qual ele fez parte, isso para mim é uma fraqueza moral. Por isso não poderia apoiar essa chapa. E quero dizer que a minha posição, nesta Casa, talvez até eleitoralmente equivocada, mas eu vou manter

minha coerência, votei contra esta Mesa sabendo que ia perder, mas votei porque não poderia votar numa Mesa que tinha o aval do governo José Reinaldo; um governo que não realizou nada em mais de dois anos de governo, praticamente em três anos de governo, foi crise em cima de crise, foi greve dos professores, a educação com problemas, a segurança ia entrar em greve, as obras todas paralisadas, as estradas todas inconclusas, não poderia apoiar este governo. Aceito inclusive e entendo a posição de colegas e companheiros que ajudaram eleger o José Reinaldo e que tem que atender as comunidades que o elegeram, tem que levar benefícios às comunidades que o elegeram e que um determinado momento fazem uma aliança com o Governador para atender suas bases. Não é minha postura, mas compreendo a posição dos colegas, a minha postura é mais ao longo prazo. Agora, algumas lideranças que além de querer atender as suas bases têm uma atitude de criticar um governo do qual fizeram parte, do qual usufruíram realmente é lamentável. Entendo a posição dos colegas que hoje dão suporte ao governo na tentativa de atender suas bases eleitorais, mas aqueles que usufruíram do governo, que participaram do governo anterior e agora querem criticar aqui para mostrar serviço para o chefe, é lamentável. Senhor Presidente, queria registrar outro fato aqui, quero lamentar a política econômica do Governo Federal. Ontem foi concluída mais uma reunião do COPOM, onde mais 0,5% foi aumentado os juros, nós chegamos a mais de 18% de juros, só de dezembro para janeiro, a dívida interna aumentou 16 bilhões, para saciar a ganância dos banqueiros. Eu acho inadmissível um governo que tem à frente o Presidente Lula, um homem de tradição na luta e que sempre se pautou contra a vitória do capital, agora privilegie os banqueiros aumentando, cada vez mais, os juros e penalizando a classe produtiva, aqueles que produzem e precisam ir ao banco para poder criar uma pequena empresa, para aumentar o seu negócio e não têm condições de pagar e ses juros exorbitantes, que só fazem cada vez mais aumentar a dívida interna do Brasil e consequentemente prejudicar o povo brasileiro. Quero lamentar essa política econômica do PT, do Presidente Lula de aumento de juros cada vez mais crescentes, saciando a vontade dos banqueiros e prejudicando os pequenos empresários. Queria colocar que ouvir atentamente aqui o pronunciamento da Deputada Helena Heluy, e concordo que todas as gestões têm que serem feitas.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS- Com o maior prazer.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (aparte) - V.Exa. é testemunha da minha posição com relação ao Governo Federal. Sou petista há 24 anos, lutei para ver Lula Presidente, mas eu tenho a liberdade para apoiar várias ações positivas do Governo Lula e também liberdade para criticar aquilo que eu considero negativo. A política de juros do Banco Central, é um dos pontos que eu crítico, embora eu reconheça os meus limites de entendimento em economia sobre taxa de inflação e etc. Mas, essa é uma crítica que eu também tenho. Agora, acho que V.Exa. está descompassado, porque V.Exa. faz um discurso duro com relação ao Governo Lula, o Presidente Sarney que é o guru de V.Exa. todo dia elogia Lula, e a Senadora Roseana quer ser Ministra de Lula, e V.Exa. como seguidor, amigo da Senadora Roseana e do mesmo partido ainda, critica, então, há um descompasso, é melhor que V.Exa. aconselhe a Senadora Roseana de desistir de tanto puxa saco do Lula para ser Ministra, porque é um descompasso muito grande entre o discurso de V.Exa. e o desejo da Senadora Roseana, que é sua orientadora política. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS - Eu agradeço o aparte de V.Exa. e incorporo ao meu discurso. Deputado Dutra às vezes V.Exa. se perde pelo linguajar; eu tenho aliados e sou leal as

minhas convicções e, acima de tudo, as minhas convicções pessoais. Todos nós quando fazemos parte de algum partido, nós temos que seguir a linha do partido ou do grupo a que pertencemos, mas isso não fere a nossa independência pessoal. Como V.Exa., nesse momento, que fez um aparte à minha pessoa, disse que V.Exa., tem independência para discordar dos juros e da política econômica do partido que V.Exa. faz parte. Eu critico não duramente o Governo Lula, eu acho que Lula é um homem sério, é um homem que veio de origem humilde, é um homem que está querendo acertar, está com a política internacional correta. Agora, critico a política econômica dele, não é uma crítica dura ao Governo Lula, é uma realidade. Agora, como V.Exa., tem independência para concordar ou discordar do partido que V.Exa. faz parte, eu também tenho. Quanto a Senadora Roseana ser Ministra ou não. Quem escolhe os Ministros é o Senhor Presidente. É o Lula é quem vai dizer se quer a Roseana para ser Ministra ou não, não é ela quem vai dizer se vai ser Ministra do Lula, ela não pode dizer que vai ser Ministra se não for assinado o Ato e for feito o convite pelo Presidente Lula. Eu vou concluir Deputado. A colocação que eu faço agora Deputada Helena, é que eu concordo que nós temos que verificar toda essa questão das estradas e V.Exa. falou da BR-230, que é uma estrada que eu me orgulho de ter executado como Diretor do DER. Só um minutinho para concluir, Deputado Dutra, só um minutinho. Então, é uma estrada realmente que era intrafegável e foi feita em menos de 1 ano e meio, há mais de 5 anos, foi usado dinamite para tirar as rochas, uma obra difícil que já tem mais de 5 anos e que tem que ser conservada, uma obra que foi feita basicamente com os recursos do Estado, Governo Federal, uma obra de 60 milhões aproximadamente, o Governo federal entrou com menos de 20 milhões, mas fiscalizou toda a obra o Governo Federal atestou as faturas, foi fiscalizada pelo Banco Mundial e ao contrário de outros governos anteriores ao governo Roseana, que contrataram a obra, governos anteriores a Roseana parece que foi o governo Luiz Rocha, contratou a BR-230 e ficou inconclusa, praticamente não existia do trecho de Balsas à Barão de Grajaú, exceto algumas pontes e deixou um débito grande com a Empresa CONSTRAN, que inclusive questiona na justiça valores altíssimos, cerca de 100 milhões de reais. Ao contrário de governos anteriores, essa obra foi feita a um preço acessível dentro dos padrões feitos pelo Banco Mundial e é uma obra que tem que ter conservação e eu acho inclusive que deve ter sido feita alguma conservação pelo governo do Estado, que ao que eu tenho conhecimento, ela foi concluída em 98 ou 99 e o governo de José Reinaldo já pagou de novo a BR-230 com o dinheiro do próprio Estado, provavelmente, ele pagou para fazer algum reparo lá, mas é algo que tem que ser pleiteado, essa ponte realmente é importante, é uma ponte que já estava feita, inclusive no primeiro contrato do governo Luiz Rocha. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Pedro

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO - Deputado conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS - Concedo o aparte, deputado.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO (aparte) - Deputado Max Barros, é sempre um prazer vê-lo na tribuna e constatar que V. Exa. está tomando ares de oposição, nós da oposição tradicional, da oposição verdadeira, da oposição que há tanto tempo vem fazendo, é mostrando as mazelas a que o Estado está submetido devido ao grupo Sarney. Nós saudamos a chegada de V.Exa. a esta oposição. E queremos dizer que esperamos que não fique só na tribuna a forma oposicionista de agir, mas que isso seja dado consequência nas votações e na atuação durante as comissões aqui nessa Casa. Era o que tinha a dizer e muito obrigado a V.Exa.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS - Deputado Luiz Pedro, agradeço vosso aparte, incorporo ao meu discurso, é um aparte que sempre trás prazer. E nós temos que verificar as mazelas que existem, eventualmente pode existir equívoco de qualquer governo, tanto no governo estadual como há 20 anos aqui do governo Jackson Lago, aqui na Capital de São Luís. E tenho certeza, só para concluir, eu não sei qual é a posição do PT, eu sei a posição de V. Exa., mas o PDT parece que em parte apóia o governo José Reinaldo e apóia o governo municipal com certeza, então não sei que posição aqui é o PDT, não me dirijo a V.Exa. Agora eu sou oposição ao governo estadual e ao governo municipal, mas não em oposição inconsequente, farei críticas quando for necessário e votarei a favor tanto no governo estadual, aqui não se vota o governo municipal, mas apoiarei medidas do governo municipal quando for interesse da população e do povo do Maranhão. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE RUBENS PEREIRA - Expediente Final. Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR PRESIDENTE RUBENS PEREIRA – Nada mais havendo a tratar de claro encerrada a presente sessão.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 17/02/05 ÀS 12:30 HORAS.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RUBENS PEREIRA

A SENHORA PRIMEIRA SECRETÁRIA DEPUTADA MAURA JORGE

A SENHORA SEGUNDA SECRETÁRIA DEPUTADA JANICE BRAIDE

Às doze horas e trinta minutos presentes os senhores deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Alberto Marques, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, Cristina Archer, Domingos Dutra, Francisco Gomes, Geovane Castro, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Pedro Veloso, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Soliney Silva, Telma Pinheiro e Wilson Carvalho. Ausentes César Pires, Deusdedith Sampaio, Elfígio Almeida, Mauro Bezerra, Stênio Rezende e Teresa Murad.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO RUBENS PEREIRA – Declaro aberta a presente Sessão Extraordinária para discussão e votação do Projeto de Resolução Legislativa em primeira e segunda discussão.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO RUBENS PEREIRA – Com a palavra o deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA- (sem revisão do orador) Senhor Presidente, eu queria só para uma questão de ordem. Eu queria só fazer um apelo, esse projeto está sendo distribuído nesse momento. Eu não Gostaria de votar contra, mas também não posso votar a favor de um projeto que recebi agora, dei uma leitura rápida, não posso nem comparar com o que existe atualmente. Eu acho que fica ruim pra Mesa que está assumindo com uma série de medidas positivas com discurso atraente, ter que votar, a gente ter que votar o projeto Sessão Extraordinária sem ninguém ler, eu acho que depõe um pouco, desmancha um pouco todo o discurso que o Deputado João Evangelista fez ainda há pouco. Eu queria fazer um apelo, que deixasse para próxima segunda, para gente ler, eu não quero

votar e não quero desconfiar de nada, mas eu também não posso votar num projeto que eu não tive condições de examinar, nós já vivemos situações, no dia 14, onde votaram a favor de adiamento das eleições, e isso foi ruim para o parlamento, e eu não gostaria de mais uma vez passar para a opinião pública de que Deputado está votando projeto sem ler e sem conhecer, então é um apelo que eu faço á Mesa nesse sentido.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RUBENS PEREIRA – Eu quero informar ao Deputado Dutra e fazer inclusive um apelo a V.Exa., que dentro dessa nova estrutura da Casa se nós deixarmos para votar na próxima semana, muitos funcionários da Casa vão ficar sem condições de serem encaixados dentro da nova estrutura administrativa, então eu quero fazer um apelo, eu quero fazer um apelo aos Senhores Deputados, vamos ter o tempo que for necessário aqui nesta Sessão Extraordinária, vamos discutir o projeto, se nós tivermos que passar a tarde toda aqui discutindo o projeto, vamos discutir o projeto, é um projeto de interesse de todos nós e dos funcionários desta Casa. Então, eu queria fazer esse apelo ao Deputado Domingos Dutra que V.Exa. atendesse essa necessidade que a Mesa tem de votar esse Projeto de Resolução hoje. O deputado Max Barros tinha solicitado primeiro Deputado Aderson, e em seguida eu lhe concedo a palavra para uma Questão de Ordem da sua parte. Com a palavra o deputado Max Barros para Questão de Ordem.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS – (sem revisão do orador) Senhor Presidente, eu quero fazer minhas as palavras do deputado Domingos Dutra. Eu acho que a nova Mesa da Casa tem mostrado aqui que quer avançar nas conquistas que já existiram, e eu acho que votar esse Projeto sem que nós tenhamos pleno conhecimento do seu conteúdo, até sem nenhuma maldade por parte da Mesa, nós podemos cometer um equívoco todos nós, então eu acho que por questão de um dia a mais, um dia a menos nós queremos colaborar, dar o apoio necessário, o suporte necessário a esta Mesa nesse plenário mas de uma maneira que todo mundo esteja esclarecido e que todos nós inclusive a Mesa não cometa nenhum equívoco, eu acho que algum parlamentar aqui pode ter uma sugestão que melhore inclusive esse projeto. Então, eu acho que não prejudica esta Casa um dia que seja adiado, no sentido não de prejudicar, de postergar mas pelo contrário, de colaborar com a nova administração da Casa.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RUBENS PEREIRA – Deputado Max, eu faço o mesmo apelo a V.Exa. pela questão do prazo, hoje nós estamos na Segunda Sessão Ordinária nossa. A do dia 15 foi Sessão Solene, teve a de ontem e esta é a Primeira Sessão, nós só vamos ter Sessão agora na segunda-feira. Segunda-feira é dia 21, se nós votarmos só no dia 21 não temos condições de implantar a nova estrutura neste mês de fevereiro, e é interesse da Mesa Diretora implantar toda essa estrutura agora dentro desse mês de fevereiro. Eu quero pedir a compreensão de V. Exa. vamos passar se for possível a tarde inteira aqui, vamos discutir esse Projeto de Resolução hoje aqui para nós votarmos isso hoje ainda, faço esse apelo também a V.Exa.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL – Deputado deixa eu fazer uma sugestão?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RUBENS PEREIRA - Só para sugestão, está na vez para uma Questão de Ordem o deputado Aderson Lago.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – (sem revisão do orador) Deputado Rubens Pereira, não seria apenas o desejo e a intenção da Mesa em implantar essa estrutura imediatamente que nos faria mudar de opinião, mas eu pediria a V. Exa. Que suspendesse a Sessão por cinco ou dez minutos e consultasse o Presidente,

consultasse o Diretor Financeiro com relação a implantação na folha de pagamento. Se, se por acaso o adiamento da votação e a conseqüente implantação prejudicar já funcionários que estão trabalhando em cargos comissionados, digamos assim, de maneira oficiosa e não oficial, eles ficarem prejudicados com seus salários, eu vou propor não sei isso me ocorreu agora nesse instante, não sei se os companheiros concordariam, que nós até votássemos, déssemos digamos assim, uma carta branca a Mesa Diretora ao aprovar este Projeto, com o compromisso da Mesa Diretora, de que qualquer porque qualquer um de nós pode ter uma sugestão até de acrescentar ou de subtrair alguma coisa do Projeto, por que certamente uma discussão aqui de duas ou três horas ela não vai sair coisa que preste. As pessoas apressadas, com fome não vão conseguir elaborar nada que possa contribuir para esse Projeto, então a minha proposta é essa. Se houver prejuízo para implantação da folha de pagamento, a minha proposta é que se dê agora num gesto de boa vontade nossa, certo, do plenário para com a Mesa Diretora que se aprove, se dê uma carta branca à Mesa Diretora aprovando esse Projeto, com o compromisso de que nós, quem quiser propor alguma modificação à Mesa Diretora se propõe a imediatamente também votar com a mesma urgência qualquer modificação que seja proposta por nós. Era isso que eu queria colocar.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RUBENS PEREIRA- Deputado Aderson, V.Exa. pediu um tempo de dez minutos, mas o Presidente acabou de chegar, ouviu a sua reivindicação e eu passo os trabalhos ao Presidente João Evangelista para ele poder responder a V.Exa.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA – Senhores Deputados, a nossa ausência nos trabalhos decorreu em face da visita do Cônsul Geral do Japão, e nós fomos fazer as honras da Casa. O que nós queremos aqui esclarecer e eu ouvi aqui já na fase final da sua colocação o seguinte: nós estamos dando ordenamento ao sistema. Por quê? Os senhores sabem muito bem que existia uma estrutura de diretorias, depois foi todo mundo nomeado naquela época, foi feita uma reforma que não foi implantada e essa é que está valendo, enfim, o que nós estamos fazendo é não inventando, voltando as diretorias porque ficou como sub-secretarias e as pessoas nomeadas em cargos e exercendo outros, inclusive com a mesma remuneração. O que eu estou pedindo às Vossas Excelências, é a oportunidade pra votar dessa natureza considerando que eu tenho até segunda-feira para implantar a folha, e fica aqui do Vosso Presidente a certeza se houver futuramente a necessidade de uma correção, de uma sugestão, nós democraticamente sentaremos e conversaremos, até porque dentro daquele princípio básico que nós já colocamos aqui da nossa administração, a Mesa estará reunindo quinzenalmente e com todos os Deputados, com certeza de trinta em trinta dias e ai vem as idéias e as sugestões, nós não estamos inventando e nem criando nenhum fato novo, estamos querendo dar sentido. Eu vou dar um exemplo aqui. O Paulo, todos nós até o chamamos de Diretor Financeiro, a função que ele exerce, mas não existe, não existe. Estamos dando um ordenamento, a estrutura administrativa. Eu pediria o apoio de V.Exas. na certeza de que nada será feito fora da normalidade. Será concedido os cinco minutos democraticamente aos meus nobres pares. Suspendo a Sessão por cinco minutos. Reaberto os trabalhos. Em votação o projeto com parecer da comissão. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado Deputado, e eu quero dizer a V.Exa. aqui que fique registrado a conversa que tive com V.Exa. com o Deputado Domingos Dutra. Aprovado o projeto. Declaro encerrada a presente sessão.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 17/02/05 ÀS 12:50 HORAS.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DEPUTADO PAVÃO FILHO

A SENHORA SEGUNDA SECRETÁRIA DEPUTADA JANICE BRAIDE

Às doze horas e trinta minutos presentes os senhores deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Alberto Marques, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, Cristina Archer, Domingos Dutra, Francisco Gomes, Geovane Castro, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Pedro Veloso, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Soliney Silva, Telma Pinheiro e Wilson Carvalho. Ausentes César Pires, Deusedith Sampaio, Elígio Almeida, Mauro Bezerra, Stênio Rezende e Teresa Murad.

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Declaro aberta a Sessão para Promulgação do Projeto de Resolução 002/05 (lê).

O SENHOR PRESIDENTE JOÃO EVANGELISTA - Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão.

Ata da Primeira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dezesseis de fevereiro do ano de dois mil e cinco.

Presidente Senhor Deputado João Evangelista.
Primeiro Secretário Senhor Deputado Wilson Carvalho.
Segundo Secretário Senhor Deputado Pavão Filho.

Às nove horas e trinta minutos presentes os Senhores deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Alberto Marques, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, César Pires, Cristina Archer, Deusedith Sampaio, Elígio Almeida, Francisco Gomes, Geovane Castro, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Pedro Veloso, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Soliney Silva, Telma Pinheiro e Wilson Carvalho. Ausentes Domingos Dutra, Rubens Pereira, Stênio Rezende e Teresa Murad. O Senhor presidente declarou aberta a sessão em nome do povo e invocando a proteção de Deus. Determinou a leitura do texto bíblico, ata da sessão anterior que foi considerada aprovada e do seguinte expediente: Ofícios dos Senhores deputados Rigo Teles, comunicando sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro-PTB; José Lima, comunicando seu desligamento do Partido Verde-PV e seu ingresso no Partido Liberal-PL e da Senhora deputada Maura Jorge, comunicando seu desligando do Partido da Frente Liberal - PFL e seu ingresso no Partido Trabalhista Brasileiro-PTB. Mensagem Governamental 002/05, encaminhando a Medida Provisória nº 010/05, dispondo sobre a criação da Corregedoria-Geral do Estado. Resolução Administrativa nº 248/05, da Mesa Diretora, que torna sem efeito as Resoluções Administrativas 100 e 487/04, que nomearam os membros das comissões técnicas desta Casa Legislativa. Projetos de Lei nºs 001/05, do Senhor deputado Aderson Lago, que autoriza o Poder Executivo a proceder a desapropriação, sem ônus, com reversão ao patrimônio do Estado do Maranhão, do Convento das Mercês; 002/05, do Senhor deputado Alberto Franco, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino e a prática da natação aos estudantes do ensino fundamental e médio nas escolas públicas e privadas; 003/05, do Senhor deputado César

Pires, que torna obrigatória a leitura de, no mínimo, um livro no ensino fundamental e de dois no ensino médio, por ano letivo; 004/05, da deputada Telma Pinheiro, instituindo a Carteira de Identificação de ministro religioso e selo de livre acesso, no âmbito do Estado do Maranhão; 005/05, do Senhor deputado Aderson Lago, que dispõe sobre nova denominação do prédio sede do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, passando a denominar-se "Palácio Senador Alexandre Costa"; 006/05, do Senhor deputado César Pires, considerando de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinheiro, no município do mesmo nome. Projeto de Resolução nº 001/05, do Senhor deputado Aderson Lago, que dispõe sobre a substituição da frase existente no Plenário Gervásio Santos, pela estrofe da "Canção do Tamoio" do poeta Gonçalves Dias, "Se o duro combate os fracos abate; Aos fortes, aos bravos só pode exaltar". Requerimentos nºs 001/05, do Senhor deputado Mauro Bezerra, encaminhando mensagem de congratulações ao Deputado Federal Severino Cavalcante, pela sua eleição ao cargo de presidente da Câmara Federal; 002/05, da Senhora deputada Telma Pinheiro, instituindo Sessão Especial, no dia 08 de março, em homenagem ao "Dia Internacional da Mulher". Indicações nºs 001 e 003/05, do Senhor deputado Alberto Franco, ao diretor da Amazônia Celular, Doutor Dílson Porto, e da operadora da Vivo, no Maranhão, Doutor Pedro Afonso de Sousa, solicitando estudos técnicos que viabilizem a instalação de torres de telefonia móvel celular, no Porto do Cujupe, no Município de Alcântara; 002/05, do mesmo autor, ao gerente geral da TELEMAR, Doutor Alceu Venturoso Júnior, solicitando a instalação de telefone público no Povoado Baiano, no Município de Cururupu; 004/05, do deputado Senhor Alberto Franco, ao governador do Estado, Doutor José Reinaldo Tavares, solicitando-lhe interceder junto à bancada do Maranhão no Congresso Nacional, com o objetivo de sensibilizá-los a apresentarem um projeto técnico educativo que demonstre a necessidade do Estado do Maranhão de obter a concessão de um Canal de Televisão para a Universidade Estadual do Maranhão; 005/05, do Senhor deputado Pavão Filho, ao Governo do Estado, solicitando a construção de um "Viva", no Bairro Rio Anil, desta cidade; 006/05, do mesmo autor, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral-TSE, ministro Sepúlveda Pertence, solicitando a substituição do atual Título de Eleitor pelo Cartão Magnético com foto. Esgotada a matéria para leitura, o Senhor presidente encaminhou o expediente à publicação, e após deferir as indicações acima mencionadas, anunciou que as sessões plenárias estarão sendo transmitidas, em tempo real, via internet, pelo site: www.al.ma.gov.br. O deputado Carlos Alberto Milhomem usou a palavra para registrar que recebeu um telefonema de um parente, no Japão informando-lhe que acompanhou a solenidade de abertura dos trabalhos do Legislativo Estadual através da Internet. Ele parabenizou o presidente João Evangelista, pela iniciativa. Também usaram a palavra para louvar essa iniciativa do presidente os Senhores deputados Rigo Teles, César Pires, Helena Heluy, José Lima, Hélio Soares, Antônio Pereira e Antônio Carlos Bacelar. Inscrito no pequeno expediente ouviu-se o Senhor deputado Rigo Teles que na tribuna teceu comentários sobre a sessão de abertura dos trabalhos desta sessão legislativa, fazendo referência a mensagem governamental que havia sido lida durante a mesma. E ao ressaltar a administração do ex-presidente da Assembléia Deputado Carlos Alberto Milhomem, destacando a construção da sede do Legislativo Estadual, parabenizou o presidente João Evangelista pela sua eleição, assim como aos demais membros da Mesa Diretora. Ele falou sobre a formação do Bloco Popular Progressista, pelos partidos PTB, PMDB, PP, PL e PPS, alinhados com o Governo do Estado. Retomando a discussão sobre criação de novos municípios, ele chamou a atenção para a PEC 013/02, devolvendo as Assembléia Legislativa a prerrogativa de criar novos município, cujo projeto recebeu parecer favorável da CCJ, mas foi retirado de pauta sem nenhuma justificativa. Ele argumentou que a proposta de criação de municípios foi prejudicada no ano passado em função da campanha eleitoral, garantiu que no Maranhão existem mais de quarenta distritos em

condições de serem emancipados e justificou requerimento, de sua autoria, solicitando o desarquivamento dos processos de criação de novos municípios. Na ordem do dia foram aprovados os Requerimentos nº 001/05, do Senhor deputado Mauro Bezerra, encaminhando mensagem de congratulações ao Deputado Federal Severino Cavalcante, pela sua eleição ao cargo de presidente da Câmara Federal e 002/05 da Senhora Deputada Telma Pinheiro, instituindo Sessão Especial no dia 08 de março, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher". No primeiro horário do grande expediente o Senhor deputado Carlos Braide fez uso da tribuna para justificar seu posicionamento em relação a eleição da Mesa Diretora. Ele explicou que inicialmente ficou com aqueles que defendiam a reeleição, defendida pelo deputado Carlos Alberto Milhomem. Esgotada esta possibilidade, o plenário se dividiu em dois grupos, um liderado pelo então presidente Carlos Alberto Milhomem, com 19 deputados, no qual permaneceu, o outro liderado pelo deputado João Evangelista, apoiado pelo Governo do Estado. Entretanto, dentro desse primeiro grupo não foi possível viabilizar nenhum candidato que pudesse concorrer com deputado João Evangelista. Alguns nomes foram lembrados como o deputado Aderson Lago, Antônio Pereira, Mauro Bezerra, inclusive o seu próprio nome havia. Diante do lançamento do nome do deputado Mauro Bezerra, que também não se viabilizou, mas que não foi retirada por decisão do próprio deputado, ficando três candidatos, sendo que o seu e o do deputado Mauro Bezerra não teriam chances. Diante desse fato chegou a conclusão de que deveria se posicionar favorável a uma composição com o deputado João Evangelista, pois entendia que a eleição estava perdida e queria evitar que os deputados que pertenciam a seu grupo ficassem fora da composição da Mesa, decidiu votar no deputado João Evangelista, entretanto quando a ele foi anunciar sua decisão foi informado da pretensão do governador de convidá-lo para ser o líder do Governo e garantiu que não partiu dele, nem a idéia da reeleição, nem do adiamento da eleição da Mesa para o último dia útil de janeiro. No tempo dos partidos os deputados César Pires falou pelo PFL, parabenizou a nova Mesa desejando-lhe êxito. Ressaltou a administração do ex-presidente Carlos Alberto Milhomem e prosseguiu na tribuna defendendo seu projeto de lei que torna obrigatória a leitura de um livro no ensino fundamental e dois no ensino médio, por ano letivo. Ele defendeu a importância da leitura como forma de encontrar alternativas para superar dificuldades e para a formação intelectual do cidadão. Pelo Bloco Parlamentar de Oposição, a Senhora deputada Helena Barros Heluy, fez uso da tribuna para comentar e parabenizar a Mesa Diretora pelas medidas já implantadas. Ela desejou que esta nova Mesa seja um colegiado, que traga para o plenário debates abertos e que possa dar continuidade a tudo quanto foram os passos largos da administração anterior, que seja concluída a sedita do Legislativo e implantado o Plano de Cargos e Salários dos servidores deste Poder. Em seguida, ela fez uma reflexão sobre o atual momento político e reafirmou a posição do Partido dos Trabalhadores, de oposição ao Governo do Estado. Defendendo a apuração rigorosa das denúncias sobre estradas fantasma, ela reafirmou seu posicionamento e do Partido dos Trabalhadores-PT, de oposição a falta de transparência, de democracia e da participação popular. Pelo tempo do Partido Liberal-PL, o Senhor deputado José Lima fez uso da palavra para comentar matéria publicada na revista "Veja", desta semana sob o tema "Revolução para a educação, a Coreia faz o Brasil também tem que fazer", cuja matéria mostra de que forma países iguais na economia e educação em décadas passadas hoje apresentam diferentes resultados, faz comparações entre países como Coreia e Brasil, que aparece em desvantagem, tanto no que se refere ao analfabetismo, quanto ao desenvolvimento da economia. No horário reservado ao Partido Progressista, o Senhor deputado Hélio Soares também parabenizou a Mesa pelas medidas implantadas, especialmente com relação a transmissão das sessões pela internet, desejando-lhes sucesso. Ele aproveitou para manifestar congratulações ao deputado federal Severino Cavalcante pela sua eleição a presidente da Câmara Federal. Em aparte

o orador recebeu a solidariedade do Senhor deputado Soliney Silva. Inscrito no expediente final o Senhor deputado César Pires voltou à tribuna para justificar requerimento, de sua autoria, solicitando a implantação da Escola do Legislativo. Em seguida, o Senhor deputado Antônio Pereira solidarizou-se com o Senhor deputado Rigo Teles no tocante a criação de novos municípios. Endossou e reforçou suas palavras em defesa dos processos de emancipação dos municípios no Maranhão, e o elogiou pela iniciativa de solicitar o desarquivamento dos mesmos, nesta Casa. Em aparte, o Senhor deputado Rigo Teles agradeceu as palavras do orador e sugeriu que fosse formada uma comissão de deputados para representar a Assembléia do Maranhão junto à UNALE, em uma audiência pública no Rio Grande do Sul, para tratar sobre esse assunto. Por seu turno, o deputado Aderson Lago usou a tribuna para se contrapor a versão utilizada pelo deputado Carlos Braide, que no grande expediente desta sessão, tentou explicar o seu voto no deputado João Evangelista para presidente da Mesa Diretora, dizendo que não foi autor da idéia do adiamento da votação da eleição da Mesa, que teria apenas aceitado a decisão. Ele contestou essa declaração e disse também que não foi o deputado Carlos Alberto Milhomem quem tentou ressuscitar a reeleição, mas que teria sido o próprio deputado Carlos Braide, líder do governo, que deveria ter se poupado e não tentar explicar o que só poderia ter sido justificado para sua própria consciência. Por fim, o deputado Pavão Filho defendeu projeto de lei que prevê parcelamento do IPVA, em até 6 (seis) pagamentos, com a primeira parcela a ser cobrada a partir de março. Ele argumentou que o maior número de parcelas reduzirá a inadimplência e que a cobrança a partir de março facilitaria a vida do contribuinte em função do aumento dos compromissos durante os dois primeiros meses do ano, com matrículas e material escolar. Ele observou ainda, que o poder aquisitivo da população brasileira tem reduzido, em razão de planos econômicos sucessivos. Não havendo mais nada a tratar a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata, que lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 16 de fevereiro de 2005.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
COMBATE À FOME
COORDENAÇÃO GERAL DO FUNDO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

AVISO/MDSCF/CGFNAS/Nº 211

Brasília, 29 de dezembro de 2004.

Senhor(a) Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/MA, no valor de R\$ 1.123.825,00, para o pagamento da Bolsa Criança Cidadã, referentes ao (s) mês (es) de junho a dezembro/2004.

Atenciosamente,

MARCOS CHAGAS GOMES
Coordenador Geral da GFANAS

À Sua Excelência o Senhor
Dep. CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão/MA
Rua do Egito, 144 – Centro
São Luís/MA
CEP: 65.1010-190

ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) N.º 305

Teresina(PI), 22 de dezembro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-he devidamente aprovado pelo Plenário deste Poder, requerimento (cópia) de autoria da Deputada **FLORA IZABEL** que pleiteia seja viabilizada a criação de uma Força-Tarefa objetivando a busca de uma solução para a problemática dos constantes assaltos, seguidos de mortes, a ônibus do Estado do Piauí que trafegam pelas estradas do Maranhão, em razão dos motivos explicitados na justificativa constante do citado requerimento.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **KLEBER EULALIO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado **CARLOS MILHOMEM**
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Rua do Egito, 144 - Centro
65.010-908 - SÃO LUIZ - MARANHÃO

Estado do Piauí
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete da Deputada Flora Izabel - Partido dos Trabalhadores (as)
UM MANDATO A SERVIÇO DA CIDADANIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEAGIALATIVA

FLORA IZABEL, Deputado Estadual do PT, com assento nesta Casa Legislativa, requer, com fundamento no Regimento Interno, que seja enviado expediente aos governadores dos Estados do Piauí e do Maranhão, às Secretarias Estaduais de Segurança Pública dos Estados do Piauí e Maranhão, à Polícia Rodoviária Federal do Piauí e Maranhão, à Polícia Federal do Piauí e Maranhão, ao Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários Intermunicipais e Interestaduais (SINTERICT), aos Tribunais de Justiça do Piauí e Maranhão, ao Ministério Público Federal no Piauí e Maranhão, ao Ministério Público dos Estados do Piauí e Maranhão e às delegacias com atuação nos municípios de Zé Chicão, Bacabal e Santa Inês, propondo a criação de uma Força-Tarefa para buscar urna solução imediata para a problemática dos constantes assaltos, seguidos de mortes, a ônibus provenientes do Estado do Piauí em estradas do Estado do Maranhão, devendo a Força-Tarefa ser composta também por membros das Assembléias Legislativa do Piauí e Maranhão.

JUSTIFICATIVA

Os constantes assaltos a ônibus, seguidos de mortes, em estradas do Maranhão estão preocupando os motoristas, passageiros e empresas do ônibus. Os bandidos agem sempre nos locais onde as estradas são precárias, o que facilitaria uma ação policial para coibir os assaltos, mas, no entanto, nenhuma ação efetiva vem sendo desenvolvida. Diante disso, é necessário que esta Casa aprove a presente proposição que é de fundamental importância para a sociedade piauiense.

SALA DAS SESSÕES, 14 DE DEZEMBRO DE 2004.

Flora Izabel
Deputada do Partidos dos Trabalhadores - PT
Um Mandato à Serviço da Cidadania

Serviço Público Federal
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo
Serviço de Execução Orçamentária e Financeira

Ofício n.º 1379 GAB/SARC/MAPA

Brasília, 22 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
CARLOS ALBERTO MILHOMEM DE SOIUSA
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Rua do Egito 144 - Centro
CEP 65010-908 - São Luís/MA

Assunto: **comunicação de celebração de convênio e liberação de recurso**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no § 2º do Art 116, da Lei nº 8.666/93 e do Art. 1º da Lei nº 9.452/97, comunico a Vossa Excelência a celebração do convênio a seguir especificado, bem como a liberação do respectivo recurso financeiro:

Convênio: 176/2004/SARC/MAPA
Processo: 21000.006729/2004-00
SAFI: 514012
Concedente: Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo - SARC/MAPA
Conveniente: **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/MA**
CNPJ: 03.087.543/0012-39
Responsável pela Execução: Adalva Alves Monteiro, CPF: 023.009.664-68
Endereço da Conveniente: Rua do Alecrim, 415, Ed. Palácio dos Esportes, sl. 314, Cep: 650 10-040, São Luís/MA
Objeto do Convento: Apoiar o Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo do Estado do Maranhão.
Valor do Convênio: Ministério:R\$ 121.305,00
Contrapartida: R\$ 34.305.00
Forma de Liberação: 07 (sete) parcela(s)
Programa de Trabalho: 22101.20.128.1169.6469.0001 - CAPACOOOP
Natureza da Despesa: 3350-41 - Transferências a Instalações Privadas - Contribuições
Nota de Empenho: 2004NE000791 de 29/11/2004
Ordem Bancária: 2004OB901793 de 20/12/2004
Data da Assinatura: 10/12/2004
Data do Início da Vigência: 10/12/2004
Data do Término da Vigência: 10/07/2005
Data de Publicação no DOU.: 14/12/2004
Prazo Final pala Prestação de Contas: 10/09/2005

Atenciosamente.

MANOEL VALDEMIRO FRANCALINO DA ROCHA
Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo

TELEMAR

CT/MA/8100/355-2004

São Luís, 03 de dezembro de 2004.

Ao Excelentíssimo Senhor
JOAQUIM HAICKEL
Deputado Estadual - 1º Secretário
Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
São Luís-MA

Ref.: Ofício N° 245/2004 – GS - 1/SGM

Senhor Deputado,

Em referência a solicitação recebida para Instalação de 03 (três) Telefones de Uso Público - TUP's, na Rua Tibirizinho, n° 324, Bairro Tibirizinho, nesta, temos a informar a V. Sa. que efetuamos o atendimento com instalação dos Telefones Públicos de respectivos números 241-7368, 241-7369, 241-7370.

Sem mais para o momento, cumprimentamos atenciosamente.

Aproveitamos a oportunidade para reiteramos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE SOARES JÚNIO
Telemar Nortes Leste S/A – Filial M

CT/MA/8100/387-2004

São Luís, 07 de dezembro.

Ao Excelentíssimo Senhor
JOAQUIM HAICKEL
Deputado Estadual - 1º Secretário
Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
São Luís - MA.

Ref.: Ofício N° 674/2004 - GS - 1/SGM

Senhor Deputado,

Em referência a solicitação recebida para Instalação de 01 (um) Telefone de Uso Público TUP's, na área do Comércio do Senhor Luizinho, localizada à Praia de Guarapiranga, Município de São José de Ribamar, temos a informar a V. Sa. que após levantamento de dados em conformidade com o Regulamento das Telecomunicações, a localidade não pode ser atendida, pois apresenta Índice Populacional abaixo do exigido pela Regulamentação, ou seja, não possui população acima de 300 habitantes residindo em casas adjacentes e ao longo de um arruamento reconhecível (conforme Decreto n° 2.592/98, ANEXO, Art. 3º, Inc. III).

Gostaríamos, no entanto, de também informar que o pleito formulado por V. Exa. foi cadastrado em nosso Banco de Dados, objetivando ser reanalisado oportunamente, de acordo com a regulamentação vigente.

Sem mais para o momento, cumprimentamos atenciosamente.

Aproveitamos a oportunidade para reiteramos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE SOARES JUNIOR
Telemar Norte Leste S/A – Filial MA

CT/MA/8100/388-2004

São Luís, 07 de dezembro de 2004.

Ao Excelentíssimo Senhor
JOAQUIM HAICKEL
Deputado Estadual – 1.º Secretário
Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
São Luís - MA

Ref.: Ofício N° 675/2004 - GS – 1/SGM

Em referência a solicitação recebida para Instalação de 01 (um) Telefone de Uso Público - TUP's, na área do Bar e Merceria Maramar, localizada à Praia de Boa Viagem, Município de São José de Ribamar, temos a informar a V. Sa. que após levantamento de dados em conformidade com o Regulamento das Telecomunicações, a localidade não pode ser atendida, pois apresenta Índice Populacional abaixo do exigido pela Regulamentação, ou seja, não possui população acima de 300 habitantes residindo em casas adjacentes e ao longo de um arruamento reconhecível (conforme Decreto n° 2.592/98, ANEXO, Art. 3º, Inc. III).

Gostaríamos, no entanto, de também informar que o pleito formulado por V. Exa. foi cadastrado em nosso Banco de Dados, objetivando ser reanalisado oportunamente, de acordo com a regulamentação vigente.

Sem mais para o momento, cumprimentamos atenciosamente.

Aproveitamos a oportunidade para reiteramos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE SOARES JÚNIO
Telemar Norte Leste S/A – Filial MA



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luis - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secocom@al.ma.gov.br

JOÃO EVANGELISTA
Presidente

JORGE VIEIRA
Secretário de Comunicação

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Assembléia, observe atentamente as instruções abaixo:

- A) edição dos textos enviados à Secretaria de Comunicação em disquete;
- B) medida da página em formato A4;
- C) editor de texto padrão: word for windows - versão 6.0 ou superior;
- D) tipo de fonte: Times New Roman;
- E) tamanho da letra: 10;
- F) entrelinhas automático;
- G) gravar no disquete sem compactar, sem vírus de computador;
- H) o disquete só deverá ser gerado após o ato oficial estar devidamente assinado;
- I) utilize tantos disquetes quanto seu texto exigir.